

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional
Período de Análise: 01/07/2012 a 31/07/2012**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Índice

Consulta pública sobre marco da educação alimentar é prorrogada. Site do MDS. 02/07/2012.....	5
O problema central na atualidade é o tipo de alimentação e os agrotóxicos. Raquel Rigotto, Fernando Carneiro e Anelise Rizzolo – Site do MST (Revista caros Amigos). 02/07/2012.....	5
Experiência do Programa de Aquisição de Alimentos vai a cinco países africanos. André Carvalho – Site do MDS. 02/07/2012.....	8
Programa de Aquisição de Alimentos será aplicado em cinco países africanos – Site do MAPA. 04/07/2012.....	10
Programa de Aquisição de Alimentos tem novo modelo. Neila Baldi – Site do MDS. 04/07/2012.....	11
Cultivos transgênicos elevaram o uso de agrotóxicos nos EUA, diz estudo – Site do MST. 06/07/2012.....	12
Agricultor pode vender até R\$ 20 mil por ano para o Pnae – Site do MDA. 05/07/2012.....	13
Governo Federal cria nova modalidade do PAA - Site da CONAB. 05/07/2012.....	14
Plano Brasil Sem Miséria tem novo site. André Luiz Gomes – Site do MDS. 05/07/2012.....	14
Ministro apoia investimentos para a África - Site do MAPA. 05/07/2012.....	15
Publicada resolução que altera limite individual de venda para PNAE. Verônica Tozzi – Site da Contag. 06/07/2012.....	16
PAA ajudará a melhorar segurança alimentar de africanos. <i>Roseli Garcia</i> – Site do MDS. 06/07/2012.....	16
FAO prevê alta de preços de alimentos – Valor Econômico. 06/07/2012.....	17
MDS seleciona instituição superior de ensino para formação de gestores na área de segurança alimentar. André Luiz Gomes – Site do MDS. 09/07/2012.....	17
Ministério participa de reunião sobre combate à fome. André Luiz Gomes – Site do MDS. 10/07/2012.....	18
Sistema padroniza os procedimentos de inspeção de produtos de origem animal, garantindo maior segurança alimentar – Site do MAPA. 10/07/2012.....	19
Falsificação de agrotóxico leva 2 à prisão em Goiás – Folha de São Paulo, Mercado. 11/07/2012.....	19
Nova modalidade do PAA amplia mercado da agricultura familiar – Site do MDA. 11/07/2012.....	20

Aquisições na área de alimentos já somam US\$ 15,8 bi. Duane D. Stanford e David Welch – Valor Econômico, Bloomberg. 11/07/2012	21
Conab distribui Cestas de Alimentos para Quilombolas e Indígenas. Antônio Marcos da Costa e Taciano Gouveia – Site da CONAB. 12/07/2012	22
Commodities seguirão em patamares elevados. Assis Moreira – Valor Econômico. 12/07/2012	23
Novo decreto fortalece Agricultura Familiar. Maria do Carmo de Andrade Lima – Site da Contag. 13/07/2012	24
Uma 'cidade' que garante 80% da comida que o carioca põe à mesa. Elenilce Bottari – O Globo. 15/07/2012	25
Soja RR gera guerra judicial de Monsanto e DuPont nos EUA. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico. 16/07/2012	26
Tangerina 'bonitinha' muda mercado de frutas dos EUA, Miriam Jordan – Valor Econômico, The Wall Street Journal. 16/07/2012	27
Burkina Faso busca experiência brasileira em agricultura. Mônica Simões – Site da CONAB. 17/07/2012	31
Forte alta das cotações de grãos reforça ameaça de outra crise alimentar global. Jack Farchy – Valor Econômico, Financial Times. 17/07/2012	31
MDA participa de encontro internacional sobre Segurança Alimentar – Site do MDA. 18/07/2012	33
Brasil negocia cooperação tecnológica e de alimentos com país africano – Site do MAPA. 18/07/2012	35
Chocolate deve receber selo de "saudável" na EU. Marta Falconi – Valor Econômico, The Wall Street Journal. 18/07/2012	35
Procura por adubo arrefece em junho, mas avança no semestre. Carine Ferreira – Valor Econômico. 18/07/2012	37
Doações de alimentos chegam a 90 mil toneladas. Mônica Simões – Site da CONAB. 19/07/2012	38
Grupo de trabalho da Conab estuda melhorias no sistema de armazenagem. Antônio Marcos da Costa – Site da CONAB. 19/07/2012	39
Alta de preço de alimentos no atacado gera pressão sobre IPCA no 2º semestre. Arícia Martins, Tainara Machado e Diogo Martins – Valor Econômico. 20/07/2012	39
Seca nos EUA pode provocar crise global de alimentos – O Estado de São Paulo, Economia. 20/07/2012	41
Choque de Alimentos? Celso Ming - O Estado de S.Paulo, Economia. 21/07/2012	42
Mapa incentiva uso e registro de Agrotóxicos Biológicos. Vera Stumm – Site do MAPA. 22/07/2012	43
Um prêmio à pioneira da agroecologia. Tânia Rabello – O Estado de São Paulo. 22/07/2012	45
Mulheres rurais posicionam-se sobre direito humano à alimentação e reivindicam criação de fórum. Maria do Carmo de Andrade Lima – Site da Contag. 23/07/2012	46
Países de língua portuguesa reúnem-se para combate à fome e à pobreza. Maria do Carmo de Andrade Lima – Site da Contag. 23/07/2012	47

Países de língua portuguesa criam Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional. Adriana Scorza – Site do MDS. 23/07/2012	48
MDS investe R\$ 9 milhões em segurança alimentar e nutricional. Neila Baldi – Site do MDS. 24/07/2012	49
Arysta retoma a aposta em herbicidas seletivos. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico. 25/07/2012	50
Ministro volta a defender políticas direcionadas para segurança alimentar. Carlos Mota – Site do MAPA. 26/07/2012	51
PAA garante renda aos agricultores e alimentos de qualidade às famílias. Raphael Rocha – Site do MDS. 27/07/2012	52
Agrotóxicos fazem abelhas desaparecer e ameaçam produção de frutos. Daniele Silveira – Site do MST (Radiagência NP). 27/07/2012	53
Camponesas pela soberania alimentar. Livia Duarte (FASE) – Site do MST. 27/07/2012	54
Inspeção sanitária agropecuária será revista. Tarso Veloso – Valor Econômico. 27/07/2012	58
Mapa intensifica fiscalização de agrotóxicos. Vera Stumm – Site do MAPA. 26/07/2012	60
Bulas de agrotóxicos terão faixa toxicológica colorida. Leilane Alves Pereira – Site do MAPA. 27/07/2012	60
Excesso de chuva em SP faz produtor de hortaliças usar mais agrotóxicos. Bruno Deiro – O Estado de São Paulo. 27/07/2012	61
Sumiço de abelhas faz Ibama reavaliar pesticida – O Estado de São Paulo. 28/07/2012	62
Uso de defensivos é intensificado no Brasil. Gerson Freitas Jr. - Valor Econômico. 30/01/2012	63
Espanhola Agritecno desembarca no Brasil. Carine Ferreira – Valor Econômico. 31/07/2012	65

Consulta pública sobre marco da educação alimentar é prorrogada. Site do MDS. 02/07/2012.

Com a medida, o MDS quer garantir maior participação da sociedade na elaboração do documento

A consulta pública sobre o “Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas” foi prorrogada até o próximo sábado (7). Com isso, o governo federal busca garantir maior participação da sociedade na elaboração do documento.

Desde o dia 5 de junho, mais de 959 pessoas já deram contribuição participação online para a elaboração do documento final, que deve ser lançado em agosto. Quem quiser apresentar sugestões, poderá acessar a plataforma no link: <http://fs.unb.br/opsan/consulta-publica>

A educação alimentar e nutricional é uma das principais estratégias para a promoção da alimentação adequada e saudável, conforme deliberado na 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O marco de referência é um instrumento que orienta as ações, promovendo um campo comum de reflexão e orientação prática e direcionando a elaboração das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional.

A consulta pública é uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com apoio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), do Ministério da Saúde, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação, da Associação Brasileira de Nutrição (Asbran), do Conselho Federal de Nutrição (CFN) e da Universidade de Brasília (UnB).

O problema central na atualidade é o tipo de alimentação e os agrotóxicos. Raquel Rigotto, Fernando Carneiro e Anelise Rizzolo – Site do MST (Revista caros Amigos). 02/07/2012

Com a hegemonia do modo de vida urbano-industrial, cada vez menos comemos conscientes de que estamos ingerindo porções do planeta, frutos de delicadas e complexas inter-relações entre os nutrientes do solo, os mistérios das sementes, as nuvens e a chuva, o trabalho humano e a cultura dos agricultores. Que alimentos são estes, que passam a fazer parte do nosso corpo?

Se até cerca de 50 anos atrás a fome era uma preocupação central da humanidade, e se expressava pela desnutrição e carências alimentares, hoje o problema se reveste de uma nova face frente ao padrão alimentar altamente industrializado e processado ao qual todos nós temos sido submetidos. Em 20-30 anos passamos de desnutridos a obesos.

Na verdade, os segmentos socialmente vulnerabilizados acumularam as duas agendas, pois convivem tanto com doenças carenciais como anemia e deficiência de vitamina A, como com doenças crônicas como hipertensão, diabetes e dislipidemias – além da obesidade.

O ecocídio, etnocídio e genocídio iniciados na América Latina desde os tempos coloniais, com a monocultura e a escravidão, se expressam hoje no avanço das grandes corporações mundiais sobre a biodiversidade e o conhecimento que são a base da reprodução de nossa espécie. Como afirmam Haesbaert e Porto-Gonçalves, “é o controle da mais elementar energia que está em jogo, qual seja, o controle do modo de produzir os alimentos e garantir a saúde humana”.

Se o direito à alimentação adequada e saudável foi inscrito na Constituição Federal em 2010, são muitos os desafios para garanti-lo. Cultivos de produtos voltados para alimentar o ciclo dos agrocombustíveis, como a soja e a cana, ocupam cada vez mais terras agricultáveis, se expandindo sobre biomas como o Cerrado e a Amazônia. Enquanto isso, aquilo que vai à mesa dos brasileiros todos os dias, como arroz e feijão, seguem com a mesma área plantada ou houve redução desde 2002 a 2011, segundo dados do IBGE. E os planos do Ministério da Agricultura para 2020 são para aumentar a produção da soja, por exemplo, em 55%: biodiesel e ração animal!

Estas commodities trazem outros problemas para a população, por seu modelo de produção dependente de transgênicos, agrotóxicos e fertilizantes. Há três anos consecutivos o Brasil vem recebendo o angustiante título de maior consumidor mundial de agrotóxicos (nos últimos dez anos, o mercado mundial de agrotóxicos cresceu 93%, enquanto o brasileiro cresceu 190%), aplicados em sua maioria nos monocultivos de soja, cana, milho, frutas. Mas também os pequenos agricultores, que produzem cerca de 70% dos alimentos que consumimos, vêm sendo fortemente influenciados pelos mitos difundidos pela revolução verde, de que, por exemplo, não se consegue produzir sem agrotóxicos. As milhares de experiências de Agroecologia no Brasil e no mundo estão aí para provar o contrário.

Contaminação

Dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) mostram que 63% das amostras de frutas, hortaliças e legumes analisadas em 2010 estavam contaminadas por agrotóxicos, sendo que 28% apresentaram ingredientes ativos não autorizados para aquele cultivo e/ou ultrapassaram os limites máximos de resíduos considerados aceitáveis.

Conforme analisa o Dossiê de Alerta lançado pela Abrasco há cerca de um mês, “se estes números já delineiam um quadro muito preocupante do ponto de vista da saúde pública, eles podem não estar ainda refletindo adequadamente as dimensões do problema, seja porque há muita ignorância e incerteza científicas embutidas na definição destes limites, seja porque os 37% de amostras sem resíduos referem-se aos ingredientes ativos pesquisados, 235 em 2010 – o que não permite afirmar a ausência dos demais (cerca de 400), inclusive do glifosato, largamente utilizado (40% das vendas) e não pesquisado.”

Some-se a isto o fato de que, entre os 50 ingredientes ativos (IA) de agrotóxicos mais utilizados em nossas lavouras, 22 já são proibidos na União Europeia. E ainda a constatação de que ingerimos uma verdadeira salada de ingredientes ativos num simples alimento – a Anvisa encontrou amostras com até 18 IA diferentes.

A preocupação é maior porque a maioria do conhecimento científico disponível sobre a toxicidade destas substâncias se constrói a partir de estudos em animais de laboratório ou in vitro, considerando a exposição a apenas um ingrediente ativo de cada vez: há uma verdadeira zona de ignorância no que toca aos efeitos da exposição múltipla, situação mais comum tanto para os trabalhadores como para os consumidores.

A água que bebemos também pode estar contaminada com agrotóxicos. Segundo o Atlas de Saneamento e Saúde do IBGE, lançado em 2011, esgoto sanitário, agrotóxicos e lixo são as causas de poluição na captação em mananciais superficiais (72%), em poços profundos (54%) e em poços rasos (60%). O Ministério da Saúde, responsável por controlar a qualidade da água para consumo humano, não tem conseguido fazer sua tarefa: em 2008, apenas 24% dos municípios apresentam informações sobre o controle da qualidade da água para os parâmetros agrotóxicos (Netto, 2010).

Se as políticas públicas priorizassem o apoio à agricultura familiar e à transição agroecológica, em detrimento do agronegócio, poderíamos estar evitando as muitas doenças que a ingestão diária de água e alimentos contaminados por agrotóxicos causa sobre a nossa saúde. O leque de agravos para os quais fartas evidências científicas já estão estabelecidas é amplo, e vai desde alergias da pele e respiratórias, até os cânceres – leucemias, linfomas, de mama, próstata, cérebro, etc; passando por alterações endócrinas e imunológicas, problemas da reprodução – infertilidade masculina, abortos, óbitos fetais e malformações congênitas; além de doenças neurológicas como a Síndrome de Parkinson; doenças do fígado, dos rins e dos pulmões.

Os dados mais recentes do Ministério da Saúde (MS) apontam que as intoxicações agudas por agrotóxicos no país já ocupam a segunda posição dentre as intoxicações exógenas notificadas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). O número de casos notificados neste sistema aumentou de 2.071 para 3.466 entre 2007 e 2011, ou seja, 67,3%. Em relação às mortes, dados informados pelo Instituto de Saúde Coletiva da Bahia, em março de 2012, indicam a ocorrência no Brasil de 2.052 óbitos por intoxicação por agrotóxico entre 2000-2009.

E o que o SUS tem feito sobre este grave problema de saúde pública? Infelizmente, temas como esse estão longe da atual agenda política de um dos maiores sistemas universais de saúde do mundo. O Ministério da Saúde discute há cinco anos um Plano de Vigilância e Atenção a Saúde para Populações Expostas a Agrotóxicos e, até o momento, não conseguiu pactuar com estados e municípios a forma e os recursos a serem direcionados para implementar o mesmo.

Impunidade

Estamos diante de um Estado forte para financiar e promover o agronegócio; ao tempo em que é mínimo para proteger a saúde da população. Um pacto político-econômico onde predominam os interesses da bancada ruralista para maior liberalização do uso de agrotóxicos no âmbito do legislativo (mais de 40 projetos de lei nessa direção), no executivo (pressões sobre os órgãos reguladores como a Anvisa), no judiciário (impunidade nas mortes no campo), na pesquisa (mais de 95% dos recursos da Embrapa estão voltados para o agronegócio) e na mídia (o agronegócio possui até canais de televisão).

As novidades, em termos de uma reação organizada da sociedade civil vieram da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, tendo como sua principal bandeira de luta para 2012 o banimento dos agrotóxicos já proibidos em outros países. E também da sociedade científica, a exemplo do Dossiê Abrasco - Um alerta sobre os impactos dos Agrotóxicos na Saúde (www.abrasco.org.br). Uma de suas principais conclusões é que não são necessárias mais evidências científicas para uma ação clara de Estado para vigiar, proteger e promover a saúde das populações envolvidas; e para implementar políticas intersetoriais de incentivo à Agroecologia e à Reforma Agrária, para que esse modelo adoecedor seja alterado. Fome de alimentos, fome de saúde, fome de justiça.

Experiência do Programa de Aquisição de Alimentos vai a cinco países africanos. André Carvalho – Site do MDS. 02/07/2012

Seminário sobre o PAA brasileiro e sua possível aplicação na África reúne representantes de governos e de organismos estrangeiros para fortalecer as parcerias e viabilizar estratégias de superação da fome e da miséria

As parcerias entre governos, sociedade civil organizada e agências internacionais são essenciais para o sucesso das cooperações internacionais. A constatação foi feita na mesa de abertura do seminário internacional PAA-África, nesta segunda-feira (2), no Palácio do Itamaraty, em Brasília. O evento marca o lançamento oficial do ciclo de trocas de experiências entre o Brasil e cinco países africanos (Etiópia, Malauí, Moçambique, Níger e Senegal) interessados em formular suas próprias políticas de compra de alimentos – aliadas ao desenvolvimento da agricultura familiar e ao acesso a alimentos.

Para a secretária nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Maya Takagi, o diálogo permanente com os agricultores familiares é um dos diferenciais da política pública brasileira para o setor. “Os governos não podem estar em todos os lugares e os movimentos sociais no campo trazem demandas que aperfeiçoam as políticas. Eles fazem com que ela chegue aonde é necessária. Fazem a diferença para o bem.”

O coordenador-geral de Ações Internacionais para o Combate à Fome do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Milton Rondó, enfatizou a importância do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) como instrumento de participação popular no desenho das políticas públicas. Rondó informou que há estudos entre agências internacionais e o governo brasileiro para levar a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para os campos de refugiados de guerra. “Temos um projeto piloto no Quênia e acreditamos que o PAA possa ser uma forma de diminuição de conflitos.”

O representante no Brasil da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Helder Muteia, defendeu a participação da sociedade civil na elaboração das políticas públicas e indicou o Consea como exemplo virtuoso dessa ação. “É uma das maiores iniciativas que o Brasil pode oferecer. Tem que ser levada à realidade africana.”

Já o representante no Brasil do Programa Mundial de Alimentos (PMA), Daniel Balaban, afirmou que o momento é propício para o compartilhamento de informações sobre segurança alimentar e nutricional. Além disso, segundo Balaban, os países africanos estão comprometidos com o êxito dessas políticas. “Este é um momento inédito. Os governos estão interessados em fazer dar certo.”

Representando o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (Dfid) no Brasil, Daniel Bradley enfatizou que o Brasil não é um doador de receitas prontas para aplicar nos países africanos. “Falamos em parcerias, em trabalhar em conjunto. O Brasil não quer impor seu sistema de segurança alimentar, mas reconhecemos que o país tem políticas públicas interessantes a mostrar.”

Programa – O PAA promove o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e fomenta a inclusão social e econômica no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Contribui para a formação de estoques estratégicos e para o abastecimento de instituições de assistência social. Permite ainda aos agricultores familiares estocar produtos a serem comercializados a preços justos.

O PAA-África será desenvolvido no Níger, em Maluí, Moçambique, no Senegal e na Etiópia. A proposta é que cada um elabore um projeto com base na experiência brasileira. Para isso, a FAO contratou consultores para fazer o diagnóstico de cada país e auxiliar no desenho de um projeto piloto de compras governamentais de alimentos. O investimento do programa é de US\$ 2 milhões.

Desafios – Segundo o governo de Moçambique, o país tem zonas de produção de alimentos, mas é recorrente encontrar pessoas com graves deficiências alimentares e nutricionais. Há problemas de acesso à produção e de educação deficitária – mais da metade dos agricultores familiares são analfabetos.

Para o Níger, a estiagem é decisiva na produção de alimentos. Localizado em região desértica, o país tem apenas três meses de chuvas por ano. O governo local identifica a necessidade de reduzir os impactos das mudanças climáticas para aproveitar melhor as riquezas naturais.

Já o Senegal convive com 52% de sua população pobre vivendo em áreas rurais. Além disso, deve fortalecer a intersetorialidade entre os órgãos governamentais e a parceria entre os setores público e privado, para aprimorar o acesso dos agricultores familiares aos mercados consumidores.

O governo etíope identifica as mudanças climáticas como desafio ao setor agrícola, com forte ação de pragas sobre as plantações. O acesso aos mercados também foi apontado como desafio para o projeto piloto. A agricultura desempenha papel fundamental na economia do país – é responsável por 80% dos empregos formais.

O evento em Brasília vai até terça-feira (3), com palestras e grupos de trabalho. De quarta (4) a sexta-feira (6), as delegações farão visita de campo ao município de Arapiraca, em Alagoas. Lá, conhecerão in loco o PAA.

O seminário PAA-África é promovido pelo MDS, MRE, PMA e a FAO, com apoio do Dfid.

Programa de Aquisição de Alimentos será aplicado em cinco países africanos – Site do MAPA. 04/07/2012

Níger, Malauí, Moçambique, Senegal e Etiópia irão elaborar projetos baseados na experiência brasileira, com a consultoria da FAO

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ação do Governo Federal para fortalecer a agricultura familiar e colaborar no enfrentamento à fome e a pobreza no Brasil, será aplicado em cinco países africanos. Níger, Malauí, Moçambique, Senegal e Etiópia irão elaborar projetos baseados na experiência brasileira, com a consultoria da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), que auxiliará no desenho de um projeto piloto de compras governamentais de alimentos.

O diálogo para a troca de experiências entre o Brasil e os cinco países africanos ocorrerá durante toda esta semana. Durante o Seminário Internacional PAA-África, que começou na última segunda-feira (2), no Palácio do Itamaraty, em Brasília, e encerrou nesta terça-feira (3), foram realizadas palestras e grupos de trabalho. De quarta (4) a sexta-feira (6), as delegações farão visita de campo ao município de Arapiraca, em Alagoas, onde conhecerão in loco o PAA.

De acordo com o representante no Brasil do Programa Mundial de Alimentos (PMA), da Organização das Nações Unidas (ONU), Daniel Balaban, o momento é propício para o compartilhamento de informações sobre segurança alimentar e nutricional. Segundo ele, os países africanos estão comprometidos com o êxito dessas políticas. “Este é um momento inédito. Os governos estão interessados em fazer dar certo”.

Para a secretária nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Maya Takagi, o diálogo permanente com os agricultores familiares é um dos diferenciais da política pública brasileira para o setor. “Os governos não podem estar em todos os lugares e os movimentos sociais no campo trazem demandas que aperfeiçoam as políticas. Eles fazem com que ela chegue aonde é necessária”, disse a secretária.

O coordenador-geral de Ações Internacionais para o Combate à Fome do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Milton Rondó, informou que há estudos entre agências internacionais e o Governo brasileiro para levar a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos para os campos de refugiados de guerra. “Temos um projeto piloto no Quênia e acreditamos que o PAA possa ser uma forma de diminuição de conflitos”, disse.

Programa de Aquisição de Alimentos, criado em 2003, o PAA promove o acesso a alimentos pelas populações em situação de insegurança alimentar e, ao mesmo tempo, fortalece a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações. O PAA é coordenado e executado com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

(MDS), em parceria com estados, municípios e com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

No programa, parte dos alimentos é adquirida pelo Governo diretamente dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social. A compra pode ser feita sem licitação. Cada agricultor pode acessar até um limite anual e os preços não devem ultrapassar o valor dos preços praticados nos mercados locais.

**Programa de Aquisição de Alimentos tem novo modelo. Neila Baldi – Site do MDS.
04/07/2012**

PAA foi desburocratizado para facilitar o acesso de famílias e municípios mais pobres. Ministra Tereza Campello assina primeiro termo de adesão do novo modelo do programa.

A ministra Tereza Campello, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), assina nesta quarta-feira (4) o primeiro termo de adesão ao novo modelo de Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), durante o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2012-2013, no Palácio do Planalto. No mesmo evento, a presidenta Dilma Rousseff assina decreto com alterações no programa.

O novo PAA será desburocratizado para atender às demandas do Plano Brasil Sem Miséria. A partir de agora, estados e municípios que aderirem ao programa não precisarão mais entrar com contrapartida financeira. Assim, o MDS poderá apoiar agricultores de localidades mais pobres, que não participavam do programa por falta de recursos. Outra mudança é o repasse do recurso do governo diretamente ao agricultor, por meio de cartão bancário, sem transferência a estados ou prefeituras.

O PAA está sendo ampliado para atender prioritariamente ao público do Plano Brasil Sem Miséria – os extremamente pobres (com renda *per capita* de até R\$ 70), povos e comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas. Por meio do PAA, o governo federal compra alimentos de agricultores familiares e os repassa às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Pelo decreto assinado pela presidenta, a partir de agora estados ou prefeituras assinam termo de adesão ao programa e passam a ser responsáveis por cadastrar os produtores, apoiar a logística de distribuição dos produtos, fornecer os dados das entidades que receberão os alimentos e incluir no sistema informações sobre a produção dos agricultores familiares. Até o momento, 16 estados já têm seus termos encaminhados e devem assiná-los em breve.

Os agricultores familiares receberão o pagamento por meio de conta benefício, que terá um cartão específico para sua movimentação. “Não haverá necessidade de abrir conta corrente. O pagamento será feito pela União, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), diretamente no cartão do fornecedor do PAA”, diz a ministra do MDS, Tereza Campello.

O que muda no PAA

Antes	Agora
Pactuação por convênio	Termo de adesão
Obrigatoriedade da contrapartida financeira dos estados e municípios	Não há contrapartida financeira dos estados e municípios
Sem auxílio financeiro	Auxílio financeiro da União para os estados e municípios baseado no cumprimento de metas
Transferência para o estado ou município	Pagamento direto no cartão do agricultor familiar

Cultivos transgênicos elevaram o uso de agrotóxicos nos EUA, diz estudo – Site do MST. 06/07/2012

Entre 1996 e 2011 os cultivos transgênicos resistentes a herbicidas elevaram em 239 milhões de kg o uso desses produtos nos EUA, segundo dados compilados por Charles Benbrook, pesquisador do Organic Center. Esse valor inclui soja, milho e algodão modificados. Os Estados Unidos têm a maior área cultivada com sementes transgênicas no mundo.

A análise de Benbrook relativa às implicações da adoção em larga escala dos cultivos transgênicos nos EUA foi apresentada recentemente numa conferência na Alemanha e põe em xeque a propaganda da indústria, que alega redução no uso de venenos.

O uso de glifosato na soja Roundup Ready aumentou de 0,77 para 1,75 kg/ha entre 1996 e 2011. O uso de outros herbicidas na soja RR diminuiu de 0,22 para 0,13 kg/ha. O uso total de herbicidas na soja RR subiu de 1,00 para 1,89 kg/ha. No mesmo período, o uso total de herbicidas na soja convencional teve redução de 1,33 para 1,08 kg/ha.

Em 1996, a soja RR usava 0,33 kg/ha a menos de herbicida do que a soja convencional. Já em 2011 essa relação inverteu-se, passando a soja RR a usar 0,82 kg de herbicidas a mais por hectare, segundo Benbrook, que baseia suas análises em dados oficiais como os do Departamento de Agricultura dos EUA. No mesmo período, o consumo de herbicidas também aumentou nas culturas de milho (+ 0,46 kg/ha) e algodão (+ 0,97 kg/ha) geneticamente modificados para tolerância a esses produtos.

No caso das culturas Bt (que produzem uma toxina em suas células), sua adoção permitiu uma redução de 56 milhões de kg de inseticidas entre 1996 e 2011. No cálculo geral, as sementes transgênicas acarretaram aumento de 183 milhões de toneladas no uso de agrotóxicos [No Brasil, as sementes Bt recém-lançadas pelas empresas são também tolerantes a herbicidas].

A adoção dessas sementes tem levado a um acelerado desenvolvimento de plantas espontâneas resistentes ao glifosato. Cerca de 5,6 milhões de hectares dos EUA registram ocorrência dessas plantas, que já somam 22 espécies, sendo que algumas delas expressam resistência a mais de um ingrediente ativo. A “solução” apresentada pelas

empresas segue na linha do “mais do mesmo”. Visa manter ascendente a curva das vendas de agrotóxicos por meio do lançamento de variedades resistentes a produtos como o 2,4-D, dicamba, glufosinato de amônio e outros.

Mesmo sem o uso comercial de transgênicos resistentes ao 2,4-D, o produto é o que tem o maior número de registros de prejuízo a culturas sendo investigados pelas secretarias estaduais de agricultura nos EUA. Estudos mostram que a exposição ao 2,4-D está ligada a problemas reprodutivos, aborto espontâneo, defeitos de nascimento e linfoma non-Hodgking.

Mesmo assim, o Brasil ainda usa mais agrotóxicos do que os Estados Unidos.

Agricultor pode vender até R\$ 20 mil por ano para o Pnae – Site do MDA. 05/07/2012

A resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC) que amplia de R\$ 9 mil para R\$ 20 mil o teto de venda por agricultor para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) foi publicada nesta quarta-feira (4), no Diário Oficial da União. E, assim, o novo limite já está em vigor. A publicação ocorreu no mesmo dia em que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) anunciou a novidade entre as medidas do Plano Safra da Agricultura Familiar 2012-2013.

Até junho deste ano, o agricultor familiar e empreendedor familiar rural podia vender até R\$ 9 mil por ano ao Pnae. Agora, cada agricultor pode vender mais do que o dobro deste valor e chegar ao limite de R\$ 20 mil ao ano. "Essa medida representa uma oportunidade para a agricultura familiar ganhar experiência em comercialização", pontua o secretário da Agricultura Familiar do MDA, Laudemir Müller. "A possibilidade de vender até R\$ 20 mil permite que ele faça investimentos para melhorar sua produção e se preparar, já que agora pode vender mais que o dobro do valor para o Pnae", diz Müller.

A Resolução nº 25, de 4 de julho de 2012, altera a redação dos artigos 21 e 24 da Resolução nº 38, de 16 de julho de 2009, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Chamadas públicas

A resolução também determina que as entidades executoras do programa deverão divulgar suas chamadas públicas para compra da Agricultura Familiar na [Rede Brasil Rural](#) – ferramenta criada pelo MDA, além dos meios já utilizados, como rádio e jornais. A partir de 2013, a circulação dos editais na Rede poderá ser obrigatória, mediante regulamentação específica pelo FNDE.

O coordenador da Rede Brasil Rural, Marco Antônio Viana Leite, comemora a publicação: "Isso demonstra que estamos implantando um novo mecanismo efetivo, que viabiliza e dá agilidade à comercialização da agricultura familiar", afirmou.

Governo Federal cria nova modalidade do PAA - Site da CONAB. 05/07/2012

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Agricultura Familiar, executado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), agora vai incluir o atendimento a diferentes tipos de instituições, como presídios, hospitais e exército. A ação foi regulamentada por meio da criação de uma nova modalidade no programa, chamada "Compra Institucional", definida em decreto publicado nesta quinta-feira (5), no Diário Oficial da União.

De acordo com o documento, esta opção é voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, Distrito Federal e demais governos locais. "A Compra Institucional permite que estados e municípios comprem da agricultura familiar com seus próprios recursos, utilizando as regras do PAA", explica a superintendente de Suporte à Agricultura Familiar da Conab, Kelma Cruz. "E os agricultores familiares poderão vender até R\$ 8 mil por ano nesta modalidade".

Outra novidade trazida pelo Decreto foi o aumento do limite de participação, por unidade familiar, na modalidade de Compra com Doação Simultânea. O recurso passou de R\$ 4.500,00 para R\$ 4.800,00 nas aquisições realizadas por meio de organizações fornecedoras.

A Conab executa o PAA em parceria com outros órgãos e entidades da administração pública federal, que celebram termo de cooperação com as unidades gestoras: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). (*Comunicação Social/Conab*)

Plano Brasil Sem Miséria tem novo site. André Luiz Gomes – Site do MDS. 05/07/2012

Página eletrônica tornou conteúdo mais acessível aos cidadãos, com maior facilidade de navegação e eficiência na busca de informações

A partir desta quinta-feira (5), o Brasil Sem Miséria – plano interministerial do governo federal de superação da extrema pobreza, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) –tem um novo portal à disposição dos cidadãos. O site vai tornar o conteúdo do plano mais acessível, com maior facilidade de navegação e eficiência na busca das informações. O endereço continua o mesmo: www.brasilsemmiseria.gov.br.

Segundo o secretário Extraordinário para Superação da Extrema Pobreza do MDS, Tiago Falcão, o novo portal vem ao encontro da necessidade do cidadão em acompanhar o andamento do plano neste primeiro ano de vida. "Aproveitamos este momento de balanço de um ano para aprimorar nossa comunicação online, oferecendo à sociedade o novo portal Brasil Sem Miséria. Queremos que todo cidadão tenha amplo e fácil acesso às informações sobre o plano". De acordo com ele, a ampla divulgação das ações do plano por meio da nova página promoverá uma maior cooperação e melhor controle social.

A página dará maior visibilidade às redes sociais e às notícias, além de separar as

informações a partir dos eixos do plano – transferência de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos. Dados e estatísticas, gestão e acompanhamento de resultados por estado, parcerias e legislação são algumas das informações que também poderão ser consultadas no novo site.

A assessora Valéria Aparecida Fazzura, umas das técnicas responsáveis pela reformulação da página, reforçou a importância do novo instrumento para a cidadania. “É interesse de todo cidadão acompanhar o governo federal no cumprimento de suas metas de superação da pobreza extrema em nosso país. O portal atende ao compromisso de dar ampla divulgação às ações do plano, promovendo dessa forma mais cooperação e melhor controle social”.

Os usuários podem entrar em contato com o Brasil Sem Miséria por meio das mídias sociais (Facebook e Twitter), que estão em destaque no site, do canal Fale Conosco e da Central de Relacionamento do MDS, pelo telefone 0800-707-2003.

Ministro apoia investimentos para a África - Site do MAPA. 05/07/2012

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, participou do lançamento do Fundo de Investimentos em Agricultura para o Corredor de Nacala que beneficiará a província de Nampula, no norte de Moçambique. O evento se realizou nesta quarta-feira, 04 de julho, no auditório da Embrapa Parque Estação Biológica, em Brasília.

Durante seu pronunciamento, Mendes Ribeiro Filho destacou a importância da parceria entre governos, iniciativa privada e instituições. “Não há mais espaço para ações isoladas. O que vemos aqui é a união de três países – Brasil, Japão, Moçambique – em busca do desenvolvimento agropecuário, por meio da pesquisa, da transparência de tecnologia, da busca de novos empreendedores e da implantação de projetos sustentáveis” destacou. Segundo o ministro, o Fundo de Investimentos será uma oportunidade à população daquele país de adquirir experiências em sistemas de produção ambientalmente corretos e economicamente viáveis.

O ministro também fez referência à criação da Agência de Assistência e Extensão Rural, que mereceu destaque da presidenta Dilma na semana passada durante divulgação do Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013. Segundo ele, a intenção com o instrumento é aliar a pesquisa à assistência técnica para levar mais eficiência ao campo. “O produtor rural precisa ter as condições necessárias para seguir produzindo e fazer uso das tecnologias que estão à sua disposição”, salientou.

O que é o fundo: O Fundo de Nacala é um projeto que visa promover o desenvolvimento social, ambiental e econômico ao longo do Corredor de Nacala, usando a experiência do Brasil na área do agronegócio. Está ligado ao programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura nas Savanas Tropicais em Moçambique (Pró-Savana), que tem como parceiros o Brasil e o Japão.

Publicada resolução que altera limite individual de venda para PNAE. Verônica Tozzi – Site da Contag. 06/07/2012

Durante a cerimônia de lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2012-2013, em 4 de julho, no Palácio do Planalto, o ministro da Educação Aloizio Mercadante assinou a Resolução N° 25/2012, que amplia o limite individual de venda do agricultor(a) familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar. O valor passou de R\$ 9.000,00 para R\$ 20.000,00 por DAP/ano.

Esta resolução, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), também dispõe que as entidades executoras deverão publicar os editais de aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e de Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar em jornal de circulação local e na forma de mural em local público de ampla circulação e divulgar em site próprio na internet, se for o caso.

A Resolução N° 25/2012 foi publicada no mesmo dia de sua assinatura e já entrou em vigor.

PAA ajudará a melhorar segurança alimentar de africanos. Roseli Garcia – Site do MDS. 06/07/2012

Representantes de quatro países da África dizem que seus governos pretendem adotar ações do Programa de Aquisição de Alimentos para apoiar agricultores. No encerramento da visita ao município de Arapiraca, delegação foi recebida pelo prefeito

A missão do Níger, de Moçambique, da Etiópia e do Senegal que está no Brasil para conhecer o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi recebida pelo prefeito de Arapiraca, Luciano Barbosa, nesta sexta-feira (6), no encerramento da visita ao município alagoano. A delegação africana disse que seus países pretendem reproduzir as ações do PAA para apoiar os agricultores e combater a pobreza.

Os africanos visitaram agricultores que vendem sua produção, especialmente hortaliças, para o PAA, instituições de atendimento à população vulnerável que recebem alimentos do programa e equipamentos da prefeitura.

Após três dias de visita, os africanos disseram que a experiência brasileira poderá ser implantada em seus países e será importante para aumentar a produção e reduzir a pobreza.

Feliz com a indicação do município para receber a visita, Barbosa disse que a preocupação da administração da cidade era encontrar uma atividade econômica que substituísse o plantio do fumo – cultivo normalmente familiar – para manter o homem no campo.

Essa alternativa foi possível com o PAA, segundo Barbosa. Com a implantação do programa, Arapiraca se tornou um grande produtor de hortaliças. "Abastecemos a cidade, os arredores e 85% do mercado de Maceió."

Mercado cativo – O problema era mercado, assinalou Barbosa. "O PAA criou um mercado cativo para o homem da região e ser indicado pelo governo federal como referência é boa perspectiva para Arapiraca."

Representante de Moçambique, Felizardo Cremildo, disse que a visita foi importante para implantar experiências semelhantes nos países africanos.

O representante da República do Níger, Aramou Issaka, destacou o vínculo entre o PAA e a alimentação escolar e a relação com as famílias vulneráveis que recebem os alimentos doados pela Secretaria de Assistência Social. "Todas essas ações implantadas no Brasil vão permitir melhorar os programas sobre segurança alimentar nos países africanos."

A visita dos países africanos a Arapiraca foi organizada pelos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e das Relações Exteriores (MRE), em parceria com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e Programa Mundial de Alimentos da ONU.

FAO prevê alta de preços de alimentos – Valor Econômico. 06/07/2012

Os preços internacionais dos alimentos caíram em junho pelo terceiro mês consecutivo, mas estão em alta em julho devido a adversidades climáticas em diversas regiões do planeta, informou a Agência das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

Em junho, o "FAO Food Price Index" - índice de preços globais de alimentos da agência das Nações Unidas - caiu 1,8% em relação a maio e chegou ao nível mais baixo desde setembro de 2010. O indicador teve queda ainda maior, de 15,4%, na comparação com fevereiro de 2011, pico histórico desde que a FAO começou a monitorar os preços dos alimentos, em 1990.

A agência da ONU nota que as incertezas econômicas e as perspectivas positivas de abastecimento foram responsáveis pela redução dos preços. Porém, não estão descartadas inquietações no horizonte com a estiagem em algumas regiões que levarão a uma alta das commodities até o fim do mês.

De acordo com a FAO, os preços dos alimentos voltaram a subir recentemente sobretudo por causa de problemas meteorológicos, e podem motivar uma nova alta nos preços em julho. Oleaginosas e cereais dispararam nas últimas duas semanas, tanto em Paris quanto em Chicago. Em julho, óleos e produtos gordurosos tiveram as maiores baixas em seus valores, enquanto os índices de preços de carnes, lácteos e açúcar caíram ligeiramente. (AM)

MDS seleciona instituição superior de ensino para formação de gestores na área de segurança alimentar. André Luiz Gomes – Site do MDS. 09/07/2012

Propostas devem ser enviadas até o dia 10 de agosto. Ministério pretende formar mais de mil profissionais em três cursos

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) lança edital para selecionar instituição de ensino superior que dê continuidade à formação de gestores públicos que fazem parte da Rede Integrada de Segurança Alimentar e Nutricional (RedeSAN). O objetivo do ministério é formar mais de mil profissionais em três cursos. As propostas devem ser enviadas até 10 de agosto.

A RedeSAN auxilia nos processos de implementação e monitoramento da Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição formada por restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos e feiras e mercados populares. Também atende gestores de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e de Agricultura Urbana e Periurbana. A iniciativa gera um espaço para compartilhar informações, experiências e documentos de referência por meio de informativos eletrônicos, encontro virtual semanal (o Janela com o MDS), notícias e Biblioteca Virtual.

Para se candidatar, a instituição deve atender às exigências do edital, ter finalidades estatutárias compatíveis com o objeto da seleção e contar com estrutura organizacional de educação a distância. Também será necessário comprovar experiência nessa modalidade de ensino e na área de segurança alimentar e nutricional.

O edital está disponível para consulta no seguinte endereço: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/editais/2012/edital-de-chamamento-publico-no-01-2012-2013-rede-virtual-tematica>

As propostas devem ser encaminhadas à Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan) aos cuidados da Coordenação-Geral de Educação Alimentar e Nutricional. Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco “C”, 4º andar, sala 446, CEP: 70.064-900, Brasília/DF, FAX: (61) 3433-1118, obedecendo aos prazos previstos pelo item 7.2 deste certame.

Informações pelo telefone (61) 3433-2007 ou pelo e-mail: educacaoalimentar@mds.gov.br.

Ministério participa de reunião sobre combate à fome. André Luiz Gomes – Site do MDS. 10/07/2012

Evento na Guiana vai reunir países da América Latina e Caribe para troca e alinhamento das experiências em políticas sociais

Brasília, 10 – A secretária-executiva interina da Câmara Interministerial de Saúde Alimentar e Nutricional (Caisan), Valéria Burity, representará o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) na VI Reunião do Grupo de Trabalho da Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome (IALCSH). O evento organizado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) começa na quinta-feira (12), em Georgetown, na Guiana, e vai até sábado (14).

Para Valéria, o encontro é importante por fortalecer as relações e ações de segurança alimentar e nutricional nos países da região. “O interesse da reunião é propor uma agenda para a análise das políticas e para reunir os esforços dos países dessa região”,

aponta. As reuniões surgiram do compromisso de países e organismos internacionais com o primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM): erradicar a extrema pobreza e a fome.

Haverá apresentação dos avanços conquistados e a discussão sobre os desafios e necessidades sobre o tema. Além disso, serão revisadas as atividades da FAO e o papel dos organismos de integração regional e do Comitê de Segurança Alimentar Mundial. Ao final do encontro, será elaborado um relatório.

Sistema padroniza os procedimentos de inspeção de produtos de origem animal, garantindo maior segurança alimentar – Site do MAPA. 10/07/2012

No final de junho, aconteceu em São Luís, Maranhão, a cerimônia para oficializar a intenção do município em participar do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-Poa). O objetivo do Sistema é garantir uma maior segurança alimentar por meio da padronização dos procedimentos de inspeção. Para fazer parte do Sisbi-Poa é preciso comprovar que existem condições de avaliar a qualidade dos produtos com a mesma eficiência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Durante o evento, o chefe da Divisão de Defesa Agropecuária, Ângelo Ottati, ressaltou a importância da participação da cidade no Sisbi-Poa. Segundo ele, além de fortalecer a segurança alimentar do cidadão e garantir maior qualidade dos produtos, a adesão ao Sistema possibilitará a comercialização de carnes, ovos, pescados, leite e mel, em âmbito nacional, o que contribuirá para a economia local e no desenvolvimento do agronegócio.

Atualmente, fazem parte do Sistema, quatro estados (Bahia, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul), sete municípios (Cascavel/PR, Erechim/RS, Alegrete/RS, Rosário do Sul/RS, Santa Cruz do Sul/RS, São Pedro do Butiá/RS e Uberlândia/MG) e um consórcio de municípios (Consad – São Miguel do Oeste/SC). Além de São Luís, encontra-se em processo de adesão 14 estados (ES, SP, SC, GO, TO, MT, MS, AC, RN, PB, PE, PA, CE, AM), o Distrito Federal, 60 municípios e cinco consórcios municipais.

Falsificação de agrotóxico leva 2 à prisão em Goiás – Folha de São Paulo, Mercado. 11/07/2012

A Polícia Federal prendeu ontem duas pessoas em Goiás sob suspeita de falsificar agrotóxicos, o que pode colocar em risco a saúde de consumidores e agricultores.

Foi apreendida mais de uma tonelada de insumos agrícolas e agrotóxicos contrabandeados e falsificados. Segundo a PF, o objetivo da Operação Ceres, como foi batizada a ação, foi apurar a autoria e materialidade de crimes ambientais, contrabando, estelionato, falsidade material e contrafação.

Os investigadores também confiscaram embalagens plásticas, rótulos e caixas pré-fabricadas, em sua grande maioria, de marcas conhecidas. Ou seja, os falsificadores copiavam até mesmo os rótulos de marcas famosas.

**Nova modalidade do PAA amplia mercado da agricultura familiar – Site do MDA.
11/07/2012**

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) amplia as oportunidades de mercado para os produtos da agricultura familiar por meio da nova modalidade de compras institucionais. Voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, a novidade visa promover a comercialização de produtos da agricultura familiar com diferentes tipos de instituições, tais como restaurantes universitários, unidades prisionais, hospitais e academias de polícia.

A nova modalidade de compra, apresentada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2012-2013, está definida pelo Decreto nº 7.775 – publicado no dia 5 de julho, no Diário Oficial da União (DOU). A criação da modalidade surgiu a partir da demanda de universidades públicas interessadas em comprar produtos da agricultura familiar para seus restaurantes universitários e de governos estaduais e suas instituições públicas, como hospitais e unidades prisionais.

"Além de abrir um imenso mercado para a agricultura familiar, a modalidade cria a possibilidade de governos estaduais e municipais comprarem produtos regionais, mais frescos e de qualidade", diz o secretário da Agricultura Familiar, Laudemir Müller. "Essa ação cria oportunidades de geração de renda para os agricultores de todo o Brasil e faz parte da estratégia do MDA para a organização econômica da agricultura familiar", completa Müller.

"A modalidade Compra Institucional permite que órgãos ou entidades da administração pública federal, estadual, distrital ou municipal comprem da agricultura familiar com seus próprios recursos, com dispensa de licitação utilizando as regras do PAA", explica Pedro Bavaresco, coordenador-geral de Diversificação Econômica, Apoio à Agroindústria e Apoio à Comercialização da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA).

Sobre o PAA
O Programa de Aquisição de Alimentos, criado em 2003, tem como objetivo garantir o acesso a alimentos em quantidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Visa também contribuir para a formação de estoques estratégicos e permitir aos agricultores familiares que armazenem seus produtos para que sejam comercializados a preços mais justos, além de promover a inclusão social no campo.

O PAA tem como unidades gestoras os ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O MDA apoia duas modalidades: Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF) e Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar (CPR Estoque).

Aquisições na área de alimentos já somam US\$ 15,8 bi. Duane D. Stanford e David Welch – Valor Econômico, Bloomberg. 11/07/2012

As empresas de alimentos vêm comprando as rivais de menor escala no maior ritmo em quatro anos, como forma de ganhar tempo até os consumidores voltarem a gastar mais.

A aquisição da Bolthouse Farms pela Campbell Soup, por US\$ 1,55 bilhão, anunciada anteontem, colocou em evidência o setor de alimentos em meio a um ano de movimento fraco em fusões e aquisições em outras áreas. Encorajadas pelas taxas de empréstimo mais baixas da história, as empresas alimentícias encaminham-se a assinar neste ano o maior número de aquisições desde a recessão de 2008, mesmo com quadro total de acordos, incluindo todos os setores, tendo mostrado queda.

Vários anos de programas agressivos de redução de custos para enfrentar o baixo crescimento das receitas deixaram a indústria de alimentos com pouco espaço para mais cortes. As empresas, em vez disso, passaram então a usar seus grandes recursos em caixa para "comprar" crescimento e a chance de novos cortes de custos operacionais.

"O faturamento não está se mexendo e o único item que essas companhias podem mexer é o custo; e isso agora já se esgotou", disse Sachin Shah, estrategista da Tullett Prebon, de Nova Jersey. "É preciso gastar para conseguir sinergia de custos. Eles precisam de fluxo de caixa."

Desde o início do ano até segunda-feira, foram concluídas ou estão pendentes 116 aquisições de empresas alimentícias no mundo, com um valor total de US\$ 15,8 bilhões, de acordo com dados da Bloomberg. Para esse período, é o maior número desde 2008, quando foram anunciados 130 acordos, no valor de US\$ 5,5 bilhões. A esta altura do ano em 2011, haviam sido concluídos 88 acordos, no valor de US\$ 13,3 bilhões.

O mercado de fusões e aquisições como um todo vem se mostrando mais lento, com 13.550 negócios, somando US\$ 1,02 trilhão em todos os setores no acumulado de 2012 até segunda, em comparação aos 14.624 acordos no mesmo período de 2011, que totalizaram US\$ 1,31 trilhão.

A compra da Bolthouse, que pertencia à firma de investimentos em participações Madison Dearborn Partners, de Chicago, é a segunda maior de uma empresa de alimentos voltados ao consumidor neste ano, atrás apenas da aquisição de US\$ 2,7 bilhões, anunciada em maio pela Kellogg, da marca de batatas fritas Pringles, da Procter & Gamble.

Segundo Andrew Ross, estrategista-chefe da ConAgra Foods, os compradores estão à procura de aquisições para preencher lacunas em suas linhas de produtos, em vez de mega-acordos, afirmou.

"Os acordos estão em alta porque todos estão buscando crescimento", disse Ross. "Mas todos estão sendo bem disciplinados nisso. Ninguém quer cometer um erro nesse cenário."

A ConAgra, cuja sede fica em Omaha, Nebraska, comprou em maio a Pita Chips, que pertencia à Kangaroo Brands de Milwaukee, para entrar no setor de pão árabe e

aproveitar sua fase de expansão. Embora a Pita Chips tenha receita anual de apenas cerca de US\$ 20 milhões, a ConAgra espera ter mais condições de expandir as operações do que o dono anterior, segundo Ross.

Em outro acordo, a ConAgra, dona das marcas de pipoca Orville Redenbacher e de comidas congeladas Healthy Choice, detectou uma oportunidade para expandir suas operações com congelados em abril, quando anunciou a compra da Odom's Tennessee Pride, uma processadora de refeições congeladas com vendas anuais de mais de US\$ 190 milhões.

A indústria alimentícia vem sofrendo para acelerar seu crescimento nos Estados Unidos, onde a economia expandiu-se 2% no ano encerrado em março e o índice de desemprego continua superior a 8% há mais de três anos.

"As companhias colheram as frutas que estavam mais fáceis de pegar no que se refere a cortes de custos e crescimento", disse David Garfield, diretor-gerente especializado em bens de consumo na América do Norte da firma de consultoria AlixPartners, em Chicago. "Uma das poucas coisas que restam é expandir o portfólio [de produtos] ou encontrar algumas sinergias em uma aquisição."

A compra da Bolthouse Farms fortalecerá a divisão de bebidas da Campbell nos Estados Unidos, que produz a marca de sucos V8, responsável por cerca de 10% das vendas no ano fiscal encerrado em 31 de julho. Foi a unidade de maior crescimento da Campbell, de Camden, Nova Jersey, no trimestre passado, com receita de US\$ 208 milhões. Nesse período, as vendas da unidade de sopas tiveram desaceleração.

A Bolthouse Farms emprega cerca de 2,1 mil pessoas e vende bebidas, molhos para saladas, cenouras e produtos de marca própria para varejistas. A empresa, de Bakersfield, Califórnia, teve vendas de US\$ 689 milhões e lucro antes de juros e impostos em torno a US\$ 79 milhões em 2011.

As vendas da divisão de bebidas da Campbell nos EUA subiram 2%, para US\$ 593 milhões, no período de nove meses encerrado em 29 de abril. Já as vendas nos EUA da divisão Simple Meals, que inclui as sopas Campbell, caíram 2%, para cerca de US\$ 2,3 bilhões no mesmo período.

A aquisição também dá à Campbell direito a ter melhor posicionamento de produtos nas prateleiras de supermercados, afirmou Garfield. A Campbell geralmente vende suas sopas prontas e bebidas no centro das lojas, onde são colocados alimentos básicos. A Bolthouse Farms havia negociado com os supermercados para colocar seus sucos nas prateleiras de frutas e vegetais frescos, o que pode dar à Campbell mais chances para deslocar seus produtos.

Conab distribui Cestas de Alimentos para Quilombolas e Indígenas. Antônio Marcos da Costa e Taciano Gouveia – Site da CONAB. 12/07/2012

A regional da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) no Tocantins vai distribuir 486 cestas de alimentos até o final da semana, no total de 10.080 kg, para comunidades quilombolas assistidas pela Fundação Cultural Palmares, na cidade de

Araguaína, localizada ao norte do estado. A superintendência também distribuirá 1.200 cestas de produtos, correspondentes a 26.400 kg, para indígenas do mesmo município. Os beneficiados, de diversas etnias, são atendidos pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Vale lembrar que a distribuição de alimentos será interrompida até o final do período eleitoral deste ano, que será em outubro, no caso de novos convênios. A interrupção, entretanto, não afeta o atendimento aos indígenas e quilombolas, em razão do convênio que já firmado para estas operações.

Cada cesta distribuída contém: 10 kg de arroz, 3 kg de feijão, 2 litros de óleo, 2 kg de açúcar, 2 kg de farinha de mandioca, 1 kg de flocos de milho, um pacote de macarrão e 1 kg de leite em pó. Esta distribuição corresponde à terceira etapa de um total de oito, previstas para ocorrer ao longo de todo este ano.

Commodities seguirão em patamares elevados. Assis Moreira – Valor Econômico. 12/07/2012

Os preços de todas as commodities agrícolas seguirão em alta nos próximos dez anos, com destaque para carnes e oleaginosas, como reflexo da enorme demanda pelas economias emergentes. A conclusão faz parte do relatório "Perspectivas Agrícolas 2012-2021", publicado ontem pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pela Agência da ONU para Agricultura e Alimentação (FAO), que aponta um cenário favorável para os produtores brasileiros.

O aumento da renda nos países em desenvolvimento vai ampliar a demanda por alimentos e combustíveis. Já a produção agrícola e os estoques crescerão em ritmo menor do que no passado. O resultado será uma persistente volatilidade de preços. O maior custo de agroquímicos (fertilizantes e defensivos), causado pela alta de preço do petróleo, tenderá a diminuir o crescimento do rendimento e da produtividade na agricultura. Somadas às pressões envolvendo disponibilidade de água e de terra para a expansão agrícola, o ritmo de crescimento da produção deverá cair para 1,7% ao ano, comparado aos mais de 2% na década anterior.

Por essa razão, os preços mundiais para várias commodities em termos nominais deverão se manter em alta. Em termos reais (ajustados pela inflação), os valores continuarão estáveis ou poderão até declinar dos atuais níveis. Mas ainda assim ficarão de 10% a 30% acima da média da última década, segundo o estudo. Em termos reais, todos os preços de commodities agrícolas subirão mais que na média do período 2002-2011 (exceto trigo e arroz) e encorajar os produtores a investir mais em busca de aumento da produtividade.

O comércio internacional de carne bovina continuará liderado por Brasil e EUA, e poderá aumentar 18% no intervalo entre 2012 a 2021. A demanda crescerá na Ásia, Oriente Médio e América Latina. A produção de carne de frango vai ter expansão destacada, como produto mais barato e mais acessível fonte de proteína, superando a carne suína. Dessa forma, o preço das carnes, mesmo se ocorrer ligeira moderação, poderá subir 11% para a bovina, 17% para a suína e 4% para a de ovinos. O preço real para carne de frango deverá ficar próximo do patamar atual.

Para as oleaginosas, a projeção aponta alta de 9% no preço nominal no período, bem mais do que a alta antecipada para os grãos, forçando uma competição por terras aráveis. Brasil e Argentina serão responsáveis por 30% da produção de soja em 2021. Para o trigo, o preço deve ficar no mesmo nível da última década. A expectativa, porém, é de redução no diferencial de preço entre o cereal e o milho, que tem maior demanda para a produção de biocombustíveis.

A demanda por açúcar para alimentação e a produção de etanol garantirão preço maior para o primeiro no médio prazo. Nesse mercado amplamente dominado pelo Brasil, o preço do produto bruto é estimado em US\$ 483 por tonelada em 2021. Para o açúcar branco, a tonelada é estimada em US\$ 566. O país continuará a ser o segundo grande produtor de etanol, depois dos EUA. Não se espera que o preço do produto aumente como o barril de petróleo.

O forte consumo continuará crescendo impulsionado por aumentos da renda, da população (com ascensão da classe média nos países emergentes) e da contínua urbanização. Entre 2012 e 2021, os produtos cotados como os de maior consumo são carne de frango (37,2%), óleos vegetais (32,1%), alguns produtos lácteos à base de manteiga (33,4%), queijos (27,8%) e leite em pó (40,6%). Em contrapartida, é esperado um menor consumo de carne vermelha, em favor de frango, pescado e queijos.

De acordo com o relatório, o comércio internacional agrícola vai crescer. Produtores tradicionais como Austrália, Argentina, Canadá, Nova Zelândia e EUA, continuarão sendo importantes na próxima década. Mas países que têm feito investimentos firmes, como Brasil, Rússia, Ucrânia e China, deverão aumentar ainda mais sua presença nos mercados internacionais. Ao mesmo tempo, a China se tornará o maior produtor mundial de açúcar e responderá, também, por 52% das importações mundiais de oleaginosas.

Novo decreto fortalece Agricultura Familiar. Maria do Carmo de Andrade Lima – Site da Contag. 13/07/2012

Agora é oficial. Depois do anúncio de 1,2 bilhões em recursos para este ano, também foi publicado o novo decreto (7.775, de 04 de julho de 2012), que regulamenta o artigo 19 da Lei 10.696 criando o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O novo decreto traz mudanças e novas regras, que estimulam a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica, o cooperativismo e o associativismo. Para Antoninho Rovaris “O PAA é uma das políticas mais importantes conquistadas pelo MSTTR em prol dos agricultores e agricultoras familiares. Por meio do PAA e PNAE temos um importante espaço de comercialização da produção com garantia de renda, que é fundamental para o fortalecimento da agricultura familiar”.

O novo decreto é fruto da luta do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR, através do Grito da Terra Brasil. A CONTAG participou intensivamente da construção do mesmo, por meio do Comitê Consultivo, formado por integrantes do governo e da sociedade civil e criado para esse fim. “Aliás, o Comitê também será regulamentado, porque o decreto autoriza o Grupo Gestor do PAA a publicar uma resolução criando oficialmente o comitê”, anuncia Rovaris. O Comitê

Consultivo vai participar do monitoramento e construção de sugestões e propostas que venham a fortalecer e melhorar o programa.

O Programa de Aquisição de Alimentos foi criado no ano de 2003 em função da pressão dos movimentos sociais para que o governo criasse um programa com o objetivo do enfrentamento à fome e à pobreza rural e para fortalecimento da agricultura familiar. A base do programa está na comercialização com aquisição direta dos produtos da agricultura familiar ou de suas organizações representativas, sem intermédio de atravessadores, com estimulando a valorização da produção sustentável.

Uma 'cidade' que garante 80% da comida que o carioca põe à mesa. Elenilce Bottari – O Globo. 15/07/2012

'População' da Ceasa de Irajá é maior que a de 58 municípios do estado

Espremida entre a Avenida Brasil e duas comunidades pobres, está uma pequena "cidade" de 1,5 milhão de metros quadrados de área, mas com uma população flutuante de 60 mil pessoas/dia, maior do que a de 58 dos 92 municípios do estado. No entanto, ao contrário de boa parte das nossas cidades-dormitórios (como são conhecidos os municípios da Baixada Fluminense e alguns do interior, onde são poucas as ofertas de emprego), esta não dorme nunca. A Ceasa de Irajá, segunda maior central de abastecimento da América Latina, é hoje responsável por cerca de 80% dos hortifrutigranjeiros que se consome no Rio.

Uma roda-viva por onde circulam diariamente 30 mil veículos, que transportam desde aipim, cultivado no bairro de Santa Cruz, na Zona Oeste, 40 quilômetros distante dali, até o alho chinês, vindo do outro lado do globo. Empresa de economia mista criada em 1974, a Companhia Estadual de Abastecimento S.A. (Ceasa) é responsável pelo emprego direto de 13 mil trabalhadores, além de garantir a subsistência 2.800 famílias de pequenos agricultores cadastrados e de proporcionar uma rede sem fim de empregos indiretos.

- Ela é responsável pela política de abastecimento do estado, mas também garante a agricultura familiar, que tem aqui um espaço garantido para comercializar seus produtos, além de alavancar o comércio de restaurantes, pequenos mercados e sacolões na capital e em outros municípios do estado. Aqui existe uma cidade que funciona 24 horas - afirma o presidente da Ceasa, Leonardo Brandão.

A Ceasa tem unidades ainda em São Gonçalo, Paty do Alferes, Nova Friburgo, São José do Ubá e Itaocara. A de Irajá - que só perde para a de São Paulo em produtividade - foi responsável pela comercialização de 1,8 milhão de toneladas de alimentos, que geraram cerca de R\$ 1 bilhão no ano passado, garantindo renda para atacadistas, agricultores, fretistas, feirantes e comerciantes, entre outros tantos trabalhadores que madrugam para chegar no número 19.001 da Avenida Brasil.

Na última quinta-feira, no pavilhão 31, trabalhadores retiravam a carga de melancias vindas de Tocantins enquanto o motorista dormia na boleia do caminhão.

- Eles levam dois dias para trazer melancia de Tocantins até aqui. É que vêm no rebite (estimulante) – contou um carregador.

A central também conta com um banco de alimentos:

- Nós criamos um banco de alimentos, onde servidores selecionam, embalam e guardam em ambiente refrigerado alimentos que serão doados a cem instituições. Doamos cerca de 80 toneladas por mês – afirmou Leonardo Brandão.

Soja RR gera guerra judicial de Monsanto e DuPont nos EUA. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico. 16/07/2012

Monsanto e DuPont, as duas maiores companhias de sementes do mundo, travam em um tribunal de St. Louis, no Estado americano do Missouri, uma batalha em torno da franquia mais bem-sucedida desde o início da era dos transgênicos na agricultura, a soja Roundup Ready (RR).

A Monsanto, que desenvolveu a tecnologia, acusa a rival de infringir a patente que protege a soja RR. Em troca, pede uma indenização estimada em mais de US\$ 1 bilhão. A DuPont, por sua vez, questiona a validade da patente e acusa a Monsanto de enganar o Escritório de Patentes e Marcas dos Estados Unidos durante o processo de registro do produto. As duas companhias respondem por aproximadamente dois terços do mercado americano de sementes. O julgamento começou na terça-feira e deve se estender até a semana que vem.

O gene Roundup Ready, que torna a planta resistente ao herbicida glifosato, está presente em 95% da soja cultivada nos Estados Unidos e em quase 90% dos cultivos no Brasil, os dois maiores produtores mundiais da commodity. É a principal fonte de receita da Monsanto, que fatura cerca de US\$ 12 bilhões em todo o mundo.

Em 2005, a Pioneer - unidade de sementes da DuPont, com faturamento global de US\$ 6 bilhões - anunciou que estava desenvolvendo um novo transgênico capaz de tornar as lavouras de soja e milho resistentes ao glifosato e, assim, desafiar a liderança da Monsanto. O projeto foi batizado de Optimum GAT.

De acordo com o site STLToday.com, de St. Louis, o CEO da Monsanto, Hugh Grant, contou ao júri que, em 2008, recebeu uma ligação de seu colega na DuPont, Charles Holliday Jr. Ele teria admitido que a companhia estava perdendo a batalha pelo desenvolvimento de uma soja melhor do que a da Monsanto. "Aquilo foi extraordinário. Não é sempre que seu competidor diz: estamos comendo seu pó", declarou Grant.

O então CEO da DuPont teria solicitado à Monsanto permissão para "combinar" o Optimum GAT com o Roundup Ready. A Monsanto teria concordado em dar à DuPont "o pacote completo" dos direitos de uso do seu transgênico, desde que a DuPont aceitasse pagar US\$ 1,5 bilhão. "A proposta não foi aceita. Então as discussões foram encerradas", contou Grant.

Contudo, a DuPont decidiu "emparelhar" os genes mesmo assim e concluiu que, combinadas, as duas tecnologias funcionavam melhor do que separadas. Em 2009, a

Monsanto decidiu então entrar com uma ação, alegando que os testes praticados pela concorrente infringiam sua patente e o acordo de licenciamento que haviam firmado em 2002.

A DuPont nunca comercializou as sementes com os genes combinados, um dos argumentos usados pela defesa para desqualificar a acusação. Grant argumentou, porém, que a DuPont estaria, desde já, obtendo uma vantagem a ser usada quando a patente da soja RR expirar, em 2014. "Eles largaram antes do tiro. Começaram a desenvolver um novo produto sem nosso conhecimento ou permissão", alegou Grant ao júri, ainda segundo o STLLToday.com.

A DuPont, por sua vez, argumenta que a patente que protege a tecnologia Roundup Ready é " inválida" e "inexequível". Seu argumento é que a companhia de St. Louis violou as leis americanas ao deliberadamente omitir das autoridades regulatórias informações durante o processo de registro do produto. A companhia acusa ainda a Monsanto de usar seu "poder de monopólio" para impedir a inovação, restringindo o uso do Roundup Ready ao mesmo tempo em que tenta impedir os rivais de desenvolver novos genes.

As acusações da DuPont contra a Monsanto fazem parte de um processo separado, que deve ser julgado em abril de 2013. As duas empresas já duelaram nos tribunais em outras cinco oportunidades, com vitórias da empresa de St. Louis.

Tangerina 'bonitinha' muda mercado de frutas dos EUA, Miriam Jordan – Valor Econômico, The Wall Street Journal. 16/07/2012

Num outeiro no Vale San Joaquim, na Califórnia, Berne Evans III olha uma plantação de cítricos que vai até onde a vista alcança. "É a maior plantação de mandarinas do mundo", diz ele, sorrindo.

O pomar faz de Evans o rei das Cuties, uma marca de tangerinas doces, sem semente e fáceis de descascar que estão invadindo as alas de frutas dos supermercados nos Estados Unidos. A laranja, depois de décadas reinando suprema, tem um adversário.

A ascensão da Cuties marca a entrada do marketing endinheirado em mais um rincão da economia americana. Técnicas até então reservadas para a promoção de produtos industrializados agora chegaram à seção de hortifrúti. Assim como as pessoas hoje pedem um "Kleenex" em vez de um lenço de papel, elas estão começando a pedir "Cuties" quando querem dizer tangerinas. "Não consigo pensar em nenhum outro hortifrúti que tenha feito isso", diz John Ball, da firma de consultoria de marcas MiresBall.

Cuties usa estratégias de marketing inéditas para o setor

A Cuties se encaixa na linha de ideias transformadoras de marketing que há muito definem o mercado de consumo. A máquina de lavar roupas mudou a rotina das donas de casa. O controle remoto revolucionou a publicidade na TV. O advento das minicenouras embaladas redefiniu o conceito de petiscos.

Ainda é cedo, claro, para pôr as tangerinas sem sementes nesse panteão. Mas a fruta pequena e de cor forte já é, hectare por hectare, o cítrico mais lucrativo dos Estados Unidos. Nas regiões produtoras da Califórnia, laranjeiras e limoeiros estão sendo arrancados para o plantio de tangerinas.

Evans, de 67 anos, ergueu seu império com Stewart e Lynda Resnick, um casal bilionário dono das marcas de água Fiji e de suco de romã Pom Wonderful. Oito anos atrás, eles lançaram a marca Cuties.

Evans e seu grupo gastaram um bom dinheiro para tentar capturar a atenção dos compradores. A estratégia está criando uma batalha de marketing, já que a concorrência vem alardeando suas próprias marcas de mexericas sem sementes e fáceis de descascar.

Agora, os sócios por trás da marca Cuties estão mostrando divergências. Para enfrentar a concorrência, o grupo está despejando dinheiro em marketing por ordem dos Resnicks. Na última temporada, ele gastou US\$ 20 milhões numa campanha nacional para promover a Cuties.

A alta dos custos de marketing é um pomo de discórdia. "Estamos tendo uma discussão", diz Evans. "Será que a Cuties é conhecida só por causa da publicidade? Minha visão pessoal é que ela é uma fruta muito boa."

Por outro lado, Evans irritou os Resnicks ao vender uma versão menor da fruta que sua companhia registrou sob a marca "Baby Cuties". Os Resnicks acham que isso enfraquece a imagem de marca principal da Cuties, segundo Evans e outros produtores.

Logo depois disso, a Paramount Citrus, a empresa dos Resnicks e uma divisão de sua empresa de capital fechado Roll Global LLC, processou Evans pelo uso do nome Cuties numa nova linha de sucos. A questão está agora sob arbitragem privada.

Os Resnicks não quiseram dar entrevista. Um porta-voz da Roll Global disse que a companhia não falaria sobre o relacionamento empresarial e nem sobre questões sob "arbitragem em andamento".

A Cuties se originou numa geada em 1990 que estragou bastante a lavoura cítrica da Califórnia. Evans, um corretor de ações que virou agricultor e já lidava com tomates, laranjas e kiwi, ouviu dizer que tangerinas espanholas estavam vendendo bem do outro lado do país. "Redes de supermercados me disseram: 'se você conseguir produzir, elas vão vender'", lembra ele.

Ele contratou especialistas para confirmar que a fruta podia aguentar o clima rigoroso do Vale San Joaquin. Evans chegou a despachar seu filho mais velho para pesquisar pomares de tangerina no exterior. "Pode pôr minha herança em tangerinas", ele recorda que seu filho, Barney, lhe disse ao telefone.

Pronto para apostar alto, Evans assinou contrato com um viveiro em 1996 para multiplicar árvores de tangerina e as vender só para ele, garantindo uma largada à frente da concorrência. Ainda assim, Evans temia uns vizinhos - os Resnicks, que tinham uma das maiores operações de frutas e castanhas do país.

Os Resnicks fizeram fortuna vendendo moedas e outros itens de coleção antes de transformarem os pomares de romã da Califórnia na marca de suco Pom Wonderful.

Evans já tinha sido sócio dos Resnicks numa fábrica de caixas de papelão para frutas. Em 1997, ele sondou os Resnicks quanto a uma cooperação. A Paramount Citrus, dos Resnicks, e a Sun Pacific, de Evans, concordaram em produzir e comercializar quantidades iguais da fruta sob uma única marca. Uma produtora menor, a Fowler Packing Co., entrou depois.

O nome Cuties - plural de "cute", que quer dizer "bonitinho" - nasceu numa reunião no escritório dos Resnicks. No encontro, a senhora Resnick pegou uma clementina, estudou-a e classificou como "tão bonitinha", segundo duas pessoas que estavam presentes. O nome "Cuties" foi registrado em 2001.

A Paramount Citrus e a Sun Pacific são donas da marca registrada, num acordo que é "extremamente raro", segundo R. Polk Wagner, um professor de lei de marcas registradas da Universidade da Pensilvânia.

O contrato estipulou que os Resnicks iriam desenvolver publicidade e marketing. A equipe de Evans iria embalar, vender e distribuir para varejistas. Evans diz que gastou US\$ 65 milhões para erguer instalações modernas para separar, limpar e embalar a maioria das frutas do grupo.

A clementina que Evans plantou primeiro amadurece no outono americano, entre o fim de setembro e o fim de dezembro, ou no começo do inverno. Buscando estender a temporada da safra, ele acabou se deparando com uma versão sem semente que poderia ser colhida entre o fim de janeiro e maio. Essa fruta, a W. Murcott Afourer, é originária de Marrocos. "Eu queria patentear", diz ele, franzindo as sobrancelhas com a lembrança. Mas ele descobriu que "esse tal de Mulholland já havia comercializado" a fruta.

Essa pessoa é Thomas Mulholland, um citricultor e dono de viveiros. Mulholland diz que começou a plantar a W. Murcott depois de percorrer o globo em busca de novas variedades de citros que dessem bem na Califórnia. Ele registrou a marca Delite.

Mas a W. Murcott não teve muito sucesso até que a Sun Pacific e a Paramount começaram a plantá-la e vendê-la como Cuties. A Sun Pacific e a Paramount "mudaram sozinhas a indústria", diz Mulholland, que está entre os maiores concorrentes das duas.

As laranjas mais comuns nos EUA, parecidas com a laranja-pera, mas de casca mais grossa, são produzidas na Califórnia há mais de cem anos e também não têm sementes. Elas ainda ocupam muito mais área plantada do que as Cuties, mas "já perdemos alguns negócios de laranja no mercado local", diz Mark Gillette, presidente do conselho da cooperativa de citricultura Sunkist.

A primeira grande lavoura de Cuties chegou ao mercado em 2004. Os Resnicks iniciaram os esforços de marketing com foco em TVs regionais e publicidade de ponto de venda. Logo o grupo Cuties estava produzindo mais de três quartos das mandarinas sem semente dos EUA.

A proliferação de pés de mandarina, porém, trouxe mais do que dinheiro. Ela trouxe abelhas. Não ter sementes é um ponto forte nas vendas de Cuties. Mas se pomares de Cuties são polinizados com pólen de cítricos com semente, elas começarão a ter sementes também.

Conforme os pomares de mandarinas se expandiam, mais abelhas passaram a carregar pólen para onde ele não era bem-vindo. Em abril de 2006, a Paramount ameaçou processar apicultores por deixarem suas abelhas "invadirem ilegalmente", segundo uma carta enviada pelos Resnicks e à qual o The Wall Street Journal teve acesso. A Paramount não quis comentar.

Os apicultores disseram que não podiam restringir o movimento de suas abelhas. Foi criado um grupo de trabalho para a "coexistência da mandarina sem semente e da abelha", mas ele não conseguiu chegar a um consenso entre citricultores e abelheiros.

Produtores começaram a cobrir seus pomares de tangerina com redes para protegê-los contra abelhas. Evans começou a enviar um helicóptero para sobrevoar seus pomares em busca de colmeias. Cientistas da Universidade da Califórnia ajudaram a criar uma árvore de W. Murcott que produzia frutas quase sem sementes, mesmo quando visitadas por abelhas.

Em 2006, viveiros da Califórnia começaram a propagar a variedade melhorada, que os cientistas chamaram de Tango. Citricultores grandes e pequenos encomendaram milhões de pés. A primeira safra significativa de Tango foi colhida no começo deste ano, no inverno nortista.

"O pessoal está arrancando outras culturas para plantar" as tangerinas, diz Joe Berberian, gerente de vendas da Bee Sweet, uma das maiores produtoras de cítricos da Califórnia e concorrente da Cuties.

Algumas tangerinas vendidas como Cuties são do tipo Tango. Outras são W. Murcott ou a clementina que deu início à marca.

Para ficar à frente dos novos rivais, o grupo Cuties ampliou a distribuição no ano passado, e pela primeira vez suas frutas apareceram em mercados de leste a oeste dos EUA. Para promover a expansão, a Paramount anunciou em dezembro uma campanha publicitária de US\$ 20 milhões.

"Todos os sinais são de que a campanha deste ano e as atividades de marketing subsequentes deram certo", disse num email o diretor superintendente da Paramount, David Krause.

Mas Evans argumenta contra a estratégia de marketing dos Resnicks. Ela aumentou de 8 centavos para 26 centavos por caixa de Cuties as despesas com publicidade na última temporada, diz ele.

Evans contratou em fevereiro uma grande consultoria para ajudar a avaliar os custos de publicidade do grupo. Os consultores concluíram que o grupo estava, na verdade, perdendo dinheiro com a campanha. Evans diz que uma queixa para a Paramount de que o orçamento publicitário era "excessivo" não deu em nada. A disputa está agora sob

arbitragem privada. Evans não quis revelar quanto está pedindo de indenização. Um representante da Roll Global não quis comentar.

Numa tarde recente, numa cantina de beira de estrada perto de sua plantação, Evans discutiu a situação. "Nós estamos em desacordo quanto a algumas coisas", disse ele. "É só uma pedra no caminho."

Ele está de olho é na próxima nova fruta. Ao colher e comer uma cereja de uma árvore, Evans ponderou: "Se alguém pudesse produzir uma cereja sem caroço, ia ser interessante."

Burkina Faso busca experiência brasileira em agricultura. Mônica Simões – Site da CONAB. 17/07/2012

O governo de Burkina Faso, localizado na África ocidental, está em Brasília esta semana em busca de acesso a informações sobre políticas públicas na área de agricultura e a créditos oficiais brasileiros para compra e doação de alimentos e maquinário agrícola. Nesta quarta-feira (18), o ministro da agricultura do país africano, Laurent Sedogo, visita a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), para conhecer a experiência brasileira em relação a políticas públicas de abastecimento e os programas desenvolvidos pela estatal.

A comitiva será recebida pelo diretor de Política Agrícola e Informações da Conab, Sílvio Isopo Porto, que atualmente ocupa o cargo de presidente em exercício da Companhia. Além do diretor, também estarão presentes na reunião a superintendente de Suporte à Agricultura Familiar, Kelma Cruz, o diretor de Operações e Abastecimento, Marcelo Melo, e o superintendente de Abastecimento Social, João Cláudio Dalla Costa, todos de áreas estratégicas da Conab, relativas a programas de agricultura familiar e doações humanitárias.

Um dos principais interesses da comitiva burkinabé na Conab é em relação ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Agricultura Familiar, já que o país africano possui alta densidade demográfica e mais de 80% da população dependendo da agricultura de subsistência, altamente vulnerável à escassez de chuvas.

Segundo Sílvio Porto, a reunião faz parte de uma orientação do governo de estabelecer relações mais próximas com países do continente africano. "Já fizemos algumas doações de alimentos para Burkina Faso, referentes à ajuda humanitária, e estamos preparados para ouvir as demandas daquele país e apresentar a experiência brasileira em relação à segurança alimentar e agricultura".

Forte alta das cotações de grãos reforça ameaça de outra crise alimentar global. Jack Farchy – Valor Econômico, Financial Times. 17/07/2012

Abdolreza Abbassian, da FAO: boas ofertas de arroz e trigo evitarão a crise

Está o mundo à beira de outra crise alimentar? Essa incógnita tornou-se uma questão angustiantemente familiar. Com a disparada das cotações de produtos agrícolas como

milho, soja e trigo pelo terceiro verão em cinco anos no Hemisfério Norte, a expectativa de um novo choque de preços está, outra vez, tornando-se preocupação importante para investidores e políticos.

O debate assinala uma dramática mudança em relação a apenas algumas semanas atrás, quando traders de commodities esperavam colheitas abundantes e os governos estavam reconfortados com a expectativa de que - independentemente de outros fatores - a queda dos preços das commodities poderia oferecer algum alívio para a problemática economia mundial.

Mas um calor abrasador e a escassez de chuvas nos Estados Unidos, então, penalizaram as plantações de milho e de soja do país. Nesse contexto, o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) divulgou, na semana passada, a maior revisão para baixo em sua estimativa para uma safra de milho em um quarto de século.

Os EUA são cruciais para abastecer o mundo com alimentos: o país é o maior exportador de milho, soja e trigo e responde por uma em cada três toneladas dos grãos básicos negociados no mercado mundial. Na bolsa de Chicago, os contratos futuros de segunda posição de entrega (normalmente os de maior liquidez) do milho já deram um salto de 51,6% até ontem, enquanto os do trigo subiram 43,2% e os da soja, 18,6%.

O aumento dos preços dos grãos tem inspirado comparações com a situação no período 2007-2008, quando uma disparada desencadeou uma onda de distúrbios em mais de 30 países - de Bangladesh ao Haiti -, e com 2010, quando a Rússia proibiu as exportações de grãos e deflagrou um aumento de preços que, segundo alguns analistas, contribuiu para a turbulência em todo o mundo árabe em 2011.

Luke Chandler, chefe de pesquisas de commodities agrícolas do Rabobank, um dos mais importantes bancos que financiam o agronegócio em todo o mundo, afirma: "Isso certamente poderá nos levar de volta ao cenário de 2008". Um forte encarecimento dos alimentos é preocupante para a economia mundial por duas razões. E, em primeiro lugar, porque poderá provocar novas convulsões sociais e políticas.

Mas a maioria dos analistas acredita que o atual surto de preços não é suficientemente grave para derrubar governos. Embora os estoques de milho e de soja estejam apertados, principalmente nos EUA, a situação é menos extrema para trigo e arroz, produtos alimentares básicos para a maioria das pessoas mais pobres no mundo. Em contraste, o milho e a soja destinam-se à alimentação animal, à fabricação de etanol ou à produção de óleos de cozinha.

Em Chicago, as cotações do milho estão acima do nível de 2008 e as da soja também o superaram no caso dos contratos de vencimento mais curto. Mas trigo e arroz ainda não estão em território inédito.

Apesar de os preços do trigo terem superado a marca de US\$ 8,40 por bushel - patamar registrado imediatamente após a proibição de exportações pela Rússia, em 2010 -, continuam bem abaixo do recorde superior a US\$ 13 registrado em 2008. O arroz, por sua vez, está sendo negociado a valores pelos menos 40% inferiores às máximas de 2008.

"Não teremos outra crise de alimentos. Para fins de segurança alimentar básica, o fato de termos uma oferta muito boa e ampla de arroz é uma circunstância muito positiva e o suprimento de trigo é também adequado", afirma Abdolreza Abbassian, economista sênior para grãos da FAO, braço das Nações Unidas para agricultura e alimentação.

Apesar disso, a dramática elevação dos preços dos grãos nas últimas semanas provavelmente será propagada para os alimentos. Isso poderá ter consequências para a economia mundial, ao recolocar a inflação como preocupação para os bancos centrais, especialmente nos mercados emergentes, onde os preços dos alimentos respondem por uma grande proporção da inflação. "O que a economia mundial realmente necessita, agora, é de um momento de alívio. Qualquer pressão inflacionária, especialmente se impedir o afrouxamento da política monetária no mundo emergente visando impulsionar a economia mundial, será um problema", afirma Karen Ward, economista sênior do HSBC.

Já Jeffrey Currie, diretor de pesquisas de commodities do Goldman Sachs, realça a estreita relação entre a inflação dos alimentos na China e o preço da soja, da qual o país é, de longe, o maior importador. "Ficamos realmente com a sensação de que o mundo depende do estímulo chinês. O que cria o estímulo é a ausência de inflação".

"O que está acontecendo nos EUA exerce bastante pressão sobre os preços da soja, de modo que o possível repasse [para os preços ao consumidor] está ficando muito mais preocupante". Além disso, o baixo nível dos estoques mundiais de alguns grãos significa que uma interrupção na continuidade dos suprimentos pode ser devastadora.

De acordo com as últimas previsões do USDA, os estoques mundiais de milho deverão cair para apenas 15% da demanda anual, perto de um recorde mínimo.

"Não creio que os sinos de alarme precisem ser disparados, por ora. Mas, ao contrário de anos anteriores, não temos um estoque regulador como seguro contra eventuais quedas nas colheitas", observa Hussein Allidina, chefe de pesquisas com commodities do Morgan Stanley, em Nova York.

Com a perspectiva de um retorno do El Niño - fenômeno meteorológico que provocou secas na Argentina e na Austrália, contribuindo para a crise de 2007-2008 - ainda este ano, a economia mundial ficará mais uma vez na dependência do clima. "Estamos de volta à estaca zero do ano passado - estamos, basicamente, de volta a uma situação 'da mão para a boca'. Temos uma estrada muito esburacada à frente, nos próximos meses", diz Abbassian.

MDA participa de encontro internacional sobre Segurança Alimentar – Site do MDA. 18/07/2012

Os desafios da segurança alimentar e nutricional estão em discussão na cidade de Maputo, capital de Moçambique, nesta quarta-feira, 18, na I Reunião do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A reunião tem 150 participantes. São representantes governamentais e não governamentais da República do Moçambique e dos demais países da CPLP, entre eles o Brasil.

O diretor de Geração de Renda e Agregação de Valor (Degrav) da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), Arnaldo de Campos, apoia a comitiva nos temas referentes à agricultura familiar, às políticas e experiência do MDA. "Os países estão se articulando para, conjuntamente, tratarem do tema da segurança alimentar e nutricional e compreendem que um dos pilares da segurança alimentar é a agricultura familiar. É uma característica comum entre esses países a forte e majoritária presença da agricultura familiar entre os estabelecimentos, no emprego e na produção. A maior parte deles, inclusive, tem a maioria da população no meio rural", diz Campos.

Ele explica que as deliberações do Conselho apontam para a necessidade de estabelecer mecanismos de identificação dos agricultores familiares no conjunto dos países: "A experiência do MDA de classificação da agricultura familiar, a Lei da Agricultura Familiar e a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) são referências importantes para esse processo", diz.

O objetivo do encontro é definir ações práticas ligadas ao funcionamento do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade, como a aprovação de seu estatuto e a definição de mecanismos de participação dos países. A intenção, também, é a elaboração de um plano de atividades, além de recomendações para a Conferência de Chefes de Estado sobre Segurança Alimentar e Nutricional, marcada para esta sexta-feira, 20.

Representantes dos oito países da CPLP (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste) participam do evento que reúne integrantes das Nações Unidas para a Alimentação e Segurança Alimentar (FAO) e membros do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (Setsan). Acadêmicos, representantes da sociedade civil e do setor privado também participam do encontro.

Agricultura familiar

Arnaldo de Campos avalia que o encontro aponta para a necessidade de fortalecer a agricultura familiar e estabelecer mecanismos de identificação desse público e políticas específicas para o setor. Ele destaca, ainda, que vários países da CPLP já adotam políticas de apoio à agricultura familiar como financiamento e compras governamentais. No caso de Moçambique, o país possui uma iniciativa de compras governamentais com apoio técnico e financeiro do Brasil. "Parte das aquisições está sendo direcionada para a alimentação escolar. Já são quase 20 mil agricultores familiares fornecedores para o programa", conta.

Estratégia internacional

Os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), comprometidos com a erradicação da fome na sua comunidade, aprovaram em 2011, uma Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (Esan/CPLP) visando o direito humano à alimentação adequada e a criação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (Consan/CPLP), para a governabilidade da segurança alimentar e nutricional em nível comunitário.

O conselho promove e coordena a convergência de políticas e programas desenvolvidos pelos países da comunidade CPLP nas áreas relacionadas com Segurança Alimentar e Nutricional.

A criação do conselho e a articulação dos países para trocarem experiências e agirem conjuntamente são ações voltadas para a discussão e o avanço em questões como o acesso a alimentação e o combate à pobreza.

Brasil negocia cooperação tecnológica e de alimentos com país africano – Site do MAPA. 18/07/2012

Comitiva de Burkina Faso foi recebida pelo ministro para obter informações sobre políticas públicas e créditos oficiais

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, recebeu, nesta quarta-feira (18), representantes do governo de Burkina Faso, país localizado na África Ocidental. O grupo está no Brasil para obter informações sobre políticas públicas na área de agricultura e para negociar a obtenção de créditos oficiais para a compra e doação de alimentos e maquinários agrícola.

“O Brasil é um modelo para nós. Sabemos que o país atravessou dificuldades durante sua história e, graças à coragem e engenharia na área da agricultura, hoje o Brasil tem peso no mundo todo”, afirmou o ministro da Agricultura de Burkina Faso, Laurent Sédogo. O representante do país africano destacou a crise na agricultura local provocada pela falta de chuvas e pediu apoio de Mendes Ribeiro para o estreitamento do contato entre a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), vinculada do Mapa, e a instituição equivalente em Burkina Faso.

Mendes Ribeiro Filho lembrou que o Brasil está investindo em ações para promover a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) justamente para aumentar a cooperação tecnológica com outros países, principalmente do continente africano. “Tenho muito orgulho de estar à frente de instituições como a Conab e a Embrapa. Trabalhamos juntos buscando o que cada um tem de melhor, proporcionando aumento de produção, com mais comida na mesa das pessoas”, afirmou.

A agricultura em Burkina Faso é baseada na produção familiar e de subsistência, mas Laurent Sédogo acredita que a cooperação com o Brasil poderá contribuir para uma nova fase com destaque para a agricultura comercial no país. A comitiva busca conhecer a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e da Agricultura Familiar, que promove o acesso a alimentos e permite aos agricultores familiares que estoquem seus produtos para serem comercializados a preços mais justos.

Chocolate deve receber selo de "saudável" na EU. Marta Falconi – Valor Econômico, The Wall Street Journal. 18/07/2012

A Europa chegou mais perto de dar uma aura de saúde ao chocolate amargo. Ontem, a maior fabricante de chocolate do mundo, a Barry Callebaut, obteve o apoio da Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos para sua alegação de que

pigmentos do cacau conhecidos como flavonoides podem ser bons para a circulação sanguínea.

Embora a solicitação da empresa para usar o rótulo de alimento saudável ainda tenha que ser aprovada pela Comissão Europeia, a bênção da agência indica que fabricantes de doces como Nestlé e Kraft Foods, dona da marca Cadbury, poderão em breve acrescentar a afirmação aos rótulos de alguns de seus chocolates.

A decisão final deve sair no começo do ano que vem.

Para amparar sua solicitação, a empresa suíça submeteu no ano passado evidências de que o consumo de 200 miligramas por dia de flavonoides de cacau, compostos que também podem ser encontrados no chocolate amargo, contribuem para uma circulação normal. Trata-se de uma pequena porção, pois 200 miligramas de flavonoides de cacau poderiam estar contidas em meras 10 gramas de chocolate amargo com alta concentração da substância.

Os flavonoides mostraram que reduzem a pressão arterial, melhoram a circulação sanguínea e diminuem os riscos de doenças cardíacas pelo menos em parte ao estimular a produção de óxido nítrico, que relaxa os vasos. A Barry Callebaut conduziu mais de 20 estudos clínicos que analisaram os efeitos dos flavonoides de cacau em pessoas desde 2005, usando pó de cacau e produtos achocolatados feitos através de um processo especial que a empresa desenvolveu e que preserva até 80% dos flavonoides. A substância seria na sua maior parte destruída pelos procedimentos convencionais de fabricação de chocolate.

Ao receber sinal verde da autoridade reguladora dos alimentos na Europa, a Barry Callebaut torna-se a primeira empresa nos 27 países membros do bloco a obter uma validação dos efeitos positivos dos flavonoides de cacau. Se a fabricante de chocolate conseguir a aprovação da Comissão Europeia, ela ganhará o direito de usar a alegação sobre flavonoides de cacau por cinco anos na União Europeia.

Vender alimentos com alegações sobre saúde e bem-estar virou um nicho cada vez mais importante para empresas alimentícias, que cobram mais caro por esses produtos, na esperança de compensar as vendas enfraquecidas pelo crescimento lento da Europa. No mercado europeu, os produtos de marca perdem espaço para as alternativas mais baratas. Estima-se que o mercado mundial para alimentos e bebidas saudáveis crescerá de US\$ 601 bilhões em 2010 para US\$ 691 bilhões em 2015, segundo a Euromonitor International.

Ganhar o direito de afirmar que um alimento é saudável não é fácil e pode dar à Barry Callebaut e seus clientes uma vantagem competitiva considerável, disse Patrick Hasenboehler, um analista do banco Sarasin em Zurique. "Toda empresa de alimentos gostaria que seus produtos apresentassem um benefício para a saúde e, se você recebe uma permissão como essa, isso pode ajudá-lo a se diferenciar de seus concorrentes", diz Hasenboehler.

As fabricantes de alimentos adotaram essa estratégia porque ela permite às empresas distinguir seus produtos e cobrar mais ao adicionar suplementos saudáveis, ou ao

reformular os produtos com um teor menor de ingredientes nocivos como gordura saturada. Essas alegações de saúde valem bilhões de dólares em vendas anuais.

As gigantes dos alimentos estão enfrentando uma concorrência crescente das marcas próprias de varejistas, produtos mais baratos que os consumidores às vezes preferem em tempos difíceis e de orçamentos pessoais apertados em países atingidos por medidas de austeridade.

Procura por adubo arrefece em junho, mas avança no semestre. Carine Ferreira – Valor Econômico. 18/07/2012

As entregas de fertilizantes das misturadoras às revendas espalhadas pelo país totalizaram 11,7 milhões de toneladas de janeiro a junho deste ano, 5,6% mais que no mesmo período de 2011 (11,1 milhões de toneladas). O levantamento da Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda), aponta, entretanto, que a demanda, apesar de forte, arrefeceu. De janeiro a maio, o aumento das entregas em relação a igual intervalo do ano passado alcançou 8,5%.

Carlos Eduardo Florence, diretor-executivo da Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil (AMA), acredita que essa desaceleração na demanda registrada no mês passado pode ter sido provocada, paradoxalmente, pela concentração da procura por fertilizantes para o plantio de soja, em função dos altos preços da commodity nos últimos tempos. Ele lembra que a oleaginosa consome menos adubo do que culturas como milho e algodão.



Por outro lado, muitos produtores já tinham antecipado nos primeiros cinco meses do ano a compra de fertilizantes visando ao plantio da próxima safra de grãos de verão (2012/13). Segundo dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/Esalq), nas regiões de Sorriso e Campo Novo do Parecis (MT) 95% dos fertilizantes que serão aplicados nas lavouras de soja no próximo ciclo já tinham sido adquiridos até junho.

Responsáveis por cobrir mais de 70% da demanda nacional, as importações recuaram 13,6% no primeiro semestre, para 7,832 milhões de toneladas. A explicação está na maior utilização dos estoques por parte das empresas. Conforme Florence, as chuvas, somadas à maior chegada de produtos, também atrapalharam a descarga nos portos. Segundo ele, mercadorias que deveriam ser descarregadas em junho ficaram para julho. No fim de dezembro, os estoques brasileiros de adubos somavam 5,127 milhões de

toneladas, 48,5% mais que em 2010. Já a produção nacional de fertilizantes caiu 0,2% na comparação com o primeiro semestre de 2011, para 4,489 milhões de toneladas.

Rafael Ribeiro de Lima Filho, analista da Scot Consultoria, diz que a demanda deve contribuir para a alta nos preços dos fertilizantes até setembro. Ele alerta que, embora os preços da soja estejam elevados, os custos de produção e os preços dos adubos também acompanharam esse movimento de alta desde o ano passado.

O preço médio da ureia atingiu R\$ 1.310 a tonelada na primeira quinzena deste mês, segundo levantamento da Scot. Em junho, o valor médio foi de R\$ 1.365, enquanto em julho do ano passado alcançou R\$ 1.161.

Já a tonelada do cloreto de potássio valia R\$ 1.441 no início de julho, altas de 0,34% sobre os R\$ 1.436 de junho e de 18,3% sobre a cotação média de julho de 2011 (R\$ 1.218). O valor do super simples granulado atingiu R\$ 788 na primeira quinzena de julho, aumentos de 9,44% sobre junho e de 10,5% sobre julho de 2011.

Segundo levantamento da Anda, a relação de troca de produtos continuou favorável ao produtor rural, em especial no caso dos sojicultores. Nos primeiros seis meses do ano, eram necessárias 21,89 sacas do grão para comprar uma tonelada de fertilizante, contra médias de 24,15 sacas em 2011 e de 25,3 em 2010. No caso do milho, a relação de troca foi de 49,12 sacas no primeiro semestre, ante 43,25 sacas em 2011.

Doações de alimentos chegam a 90 mil toneladas. Mônica Simões – Site da CONAB. 19/07/2012

Um balanço realizado pela área de abastecimento social da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) apontou para um total de 90,4 mil toneladas de alimentos doados somente de janeiro a junho deste ano. Os beneficiados são famílias em situação de insegurança alimentar em todo o Brasil, vítimas de calamidades e comunidades tradicionais, além das doações internacionais da Ajuda Humanitária.

De acordo com o superintendente de Abastecimento Social da Conab, João Cláudio Dalla Costa, os números representam um aumento em relação ao mesmo período no ano passado, quando não houve doações para fora do país. "De janeiro a junho, a Conab contemplou 293 instituições sociais, em 169 municípios brasileiros, com doações de produtos oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)", explica Dalla Costa. "Por esse instrumento, a Companhia compra a produção de agricultores familiares e em seguida doa para estabelecimentos cadastrados, responsáveis pela distribuição direta a famílias em estado de vulnerabilidade nutricional".

O documento mostra ainda que as comunidades tradicionais, formadas por povos indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas, ciganos, povos de terreiro, dentre outras, receberam 20,6 mil toneladas de alimentos. Isso representa cerca de 320 mil famílias atendidas em todo o Brasil.

O balanço traz também as doações de cestas básicas feitas no primeiro semestre para as vítimas de calamidade pública em território nacional, que somaram 852,7 toneladas, e em outros países, como Coréia do Norte, Nicarágua, Quênia, Somália, Sri Lanka, Bulgária, Bangladesh, Guiné-bissau e Madagascar, que receberam 57,2 mil toneladas de produtos.

**Grupo de trabalho da Conab estuda melhorias no sistema de armazenagem.
Antônio Marcos da Costa – Site da CONAB. 19/07/2012**

Dentro de 90 dias, a Companhia Nacional de Abastecimento terá um diagnóstico sobre o redimensionamento da rede própria de armazéns. Por determinação do presidente, Rubens Rodrigues dos Santos, foi instalado um Grupo de Trabalho para debater e sugerir ações de melhoria dos serviços de armazenagem da entidade.

A primeira reunião do GT, formado por representantes de diversas superintendências da estatal, ocorreu ontem (17). Entre as idéias que estão sendo discutidas pelos gestores e técnicos da Conab está a construção de novas unidades armazenadoras em regiões hoje carentes desse serviço. “Hoje o Brasil se destaca como um dos maiores produtores de alimentos do mundo. Por outro lado, é necessário que haja um maior investimento em nossas estruturas de armazenagem, especialmente quando se trata de grãos”, afirma o superintendente de armazenagem da Conab, Rafael Bueno.

Mais do que construir novos armazéns, uma das inovações que estão sendo pensadas é a ampliação das funcionalidades e atribuições dessas novas instalações que forem implantadas. Elas poderão auxiliar no credenciamento de armazéns na região, na operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no levantamento dos números da safra, entre outras ações. Com isso haveria mais rapidez nessas atividades e também economia de custos, uma vez que os próprios técnicos daquela unidade armazenadora fariam esse trabalho, evitando o deslocamento de profissionais localizados em outros estados.

A próxima reunião do Grupo de Trabalho está marcada para o início de agosto. Ao todo estão previstos nove encontros até o mês de outubro. Ao final, será elaborado um relatório que servirá de subsídio para a elaboração do Plano e da Política de Armazenagem da Companhia.

**Alta de preço de alimentos no atacado gera pressão sobre IPCA no 2º semestre.
Arícia Martins, Tainara Machado e Diogo Martins – Valor Econômico.
20/07/2012**

Considerados como mais um entre os vários fatores de alívio para a inflação até meados do primeiro semestre, os preços de alimentos passaram a ser vistos como risco para a segunda metade do ano, depois da forte alta de produtos agropecuários no atacado em junho e julho. Com a estiagem nos Estados Unidos, as cotações de grãos estão avançando com rapidez e têm colocado pressão nos Índices Gerais de Preços (IGPs), movimento que, segundo economistas, deve chegar ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) entre o terceiro e o quarto trimestres do ano.

Por enquanto, as projeções dos analistas ouvidos para a alta do IPCA em 2012 estão mantidas ao redor de 5%, levando em conta efeitos compensatórios de baixa, com destaque para as desonerações fiscais de linha branca e automóveis. Revisões para cima, no entanto, não estão afastadas, caso os preços das principais commodities agrícolas no mercado internacional não cedam nos próximos meses. Em junho e julho, soja, trigo e milho subiram 13%, 4,8% e 4% em reais, respectivamente, segundo cálculos de Fabio Silveira, sócio-diretor da RC Consultores.



Divulgada ontem pela Fundação Getulio Vargas (FGV), a segunda prévia do IGP-M avançou de 0,63% para 1,11% entre junho e julho, com ascensão acentuada dos produtos agrícolas, que passaram de 0,26% para 2,35% no período. Os destaques, mais uma vez, foram a soja, que registrou aumento de 11% na leitura atual, e o milho, que passou de queda de 3,9% no mês anterior para taxa de 1,5% em julho. "Não se sabe se o efeito da seca nos EUA chegou ao pico, porque não se sabe a extensão dos problemas por lá. Mesmo que tenha chegado ao pico, levará ainda um tempo para que os impactos na produção de commodities agrícolas cheguem ao mercado", afirmou o coordenador de análises econômicas da FGV, Salomão Quadros.

Daniel Moreli Rocha, estrategista para mercados do Banco Indusval & Partners (BI&P), afirma que a escalada das commodities foi surpreendente e repentina, ao contrário de 2008, quando se deu ao longo de seis meses. Há quatro anos, observa Rocha, o câmbio estava mais apreciado e as empresas tiveram mais tempo para se adaptar e repassar aumentos de custos, ao contrário do momento atual, quando "muitas ainda devem ser pegadas de surpresa". Ele pondera que a capacidade de reajuste de preços fica comprometida em períodos de atividade moderada, mas, como a expectativa é de aceleração no segundo semestre, já existe potencial de repasse a partir de agosto.

Os itens ao consumidor que são afetados com mais rapidez pela trajetória da soja, do milho e do trigo no atacado, segundo o analista do BI&P, têm peso de 2,72% no IPCA, "o que não é irrelevante". Caso o cenário de valorização de commodities se consolide nos moldes de 2008, Rocha estima impacto adicional de 0,45 ponto percentual no indicador oficial de inflação, mesmo com uma defasagem de cerca de três meses para a transmissão do atacado para o varejo. Assim, sua projeção atual para a alta do IPCA, de 5,1%, teria de ser ajustada para 5,5%.

Elson Teles, do Itaú Unibanco, diz que as variações da soja e do milho devem manter os IGPs pressionados nas próximas leituras, mas ainda está avaliando a mudança do cenário em alimentos para decidir se irá mudar sua estimativa de 4,9% para a alta do IPCA neste ano. "Se o problema com grãos for mais sério, pode chegar no varejo no

último trimestre." Preocupa o economista, além do impacto das duas commodities nos preços de rações animais e, conseqüentemente, das carnes, a correlação da trajetória do milho e da soja com o trigo e o possível efeito em sua cadeia de derivados.

O comportamento dos alimentos no varejo em junho e julho já foi atípico, na visão de Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, com aumentos mais fortes do que os sazonalmente observados no meio do ano, fator que por si só já pode acelerar a taxa acumulada do IPCA em 12 meses. Além da alta de grãos, Vale vê problemas de oferta na área de frangos e suínos, algo com efeito mais rápido no IPCA e que, segundo ele, deve elevar as expectativas para o indicador no fim do ano. A princípio, diz, a MB não vai alterar sua previsão de alta de 5%, porque já incorporou certa folga no cenário inflacionário para o segundo semestre.

Para Fabio Ramos, da Quest Investimentos, mesmo a manutenção das cotações das commodities agrícolas no nível atual, sem subidas adicionais, pode implicar entre 0,2 e 0,3 ponto percentual a mais em sua projeção de 5% para o aumento do IPCA em 2012. "Por enquanto, não vamos revisar essa estimativa, porque as desonerações estão segurando o risco de a inflação degingolar para cima."

Seca nos EUA pode provocar crise global de alimentos – O Estado de São Paulo, Economia. 20/07/2012

Alta dos preços de commodities agrícolas terá repercussões além das fronteiras do país, com riscos para o abastecimento mundial

A pior seca dos últimos 50 anos nos Estados Unidos pode provocar uma crise de alimentos de proporções globais. O alerta está em reportagem de ontem do jornal britânico 'Financial Times', assinada pelos jornalistas Jack Farthy, de Londres, e Gregory Meyer, de Nova York.

Artigo do jornalista Peter Baker, publicado no New York Times, também informa que o presidente Barack Obama preveniu na quarta-feira que o abastecimento alimentar está ameaçado pelo agravamento da seca que aflige mais da metade do país. Obama pediu para o Congresso reativar programas extintos de ajuda em situações calamitosas.

O presidente americano reavaliou a situação com o secretário da Agricultura, Tom Vilsack. O secretário disse que se trata da "situação mais séria" em cerca de 25 anos e revelou que estava rezando para chover.

"Eu me ajoelho todos os dias, e faço uma oração extra", disse Vilsack aos jornalistas na Casa Branca, depois de discutir a situação com o presidente. "Se soubesse uma oração da chuva ou uma dança da chuva, eu poderia fazê-la", afirmou.

Vilsack disse ao NYT que 1.297 condados, cerca de um terço dos condados do país, foram classificados como áreas de desastre. Ele disse também que outros 39 foram incluídos nessa conta na quarta-feira.

Mais de três quartos da safra de milho e soja do país estão em áreas atingidas pela seca, e mais de um terço dessas safras estão agora classificadas como muito fracas, disse o secretário. O preço do milho subiu 38% nas últimas semanas, e o da soja, 24%.

O país ainda poderá ter a terceira maior safra de milho da história porque o tempo bom anterior encorajou o plantio, mas Vilsack disse que a seca elevaria os preços dos alimentos em 2013.

De acordo com o FT, os preços do milho e soja subiram a níveis recordes, superando os picos da crise de 2007-08, que provocou motins em mais de 30 países. Já os preços do trigo ainda não estariam em níveis recordes, mas subiram mais de 50% em cinco semanas, superando os preços alcançados após a proibição de exportação da Rússia de 2010.

Ainda segundo o jornal britânico, a seca nos Estados Unidos, responsáveis por quase metade das exportações mundiais de milho e boa parte da soja e do trigo, deve repercutir em todo o mundo, atingindo consumidores do Egito e da China.

O custo da carne bovina, suína e de aves poderá cair no curto prazo porque os rebanhos estão sendo liquidados, levando mais carne ao mercado, segundo Vilsack. Mas esses preços provavelmente subirão mais para o fim deste ano ou no começo do próximo. Ele não quis especular sobre a possibilidade de a seca estar relacionada à mudança climática.

"Tudo que sabemos é que nesse momento há muitos agricultores e criadores em dificuldade", disse Vilsack. Segundo ele, a prioridade deve ser "o que nós podemos fazer para ajudá-los".

O governo dos EUA baixou a taxa de juros para empréstimos de emergência e tem trabalhado para acelerar programas de ajuda. Vilsack disse que o Congresso poderia ajudar recuperando programas para desastres que expiraram no ano passado ou fornecendo outra ajuda pela legislação de apoio à agricultura.

O brasileiro José Graziano da Silva, diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), disse ao Financial Times: "Estou certamente preocupado com os recentes aumentos nos preços das commodities de alimentos, dadas as suas implicações potenciais especialmente para os mais vulneráveis e os pobres, que gastam cerca de 75% de sua renda em alimentos". / AGÊNCIAS INTERNACIONAIS, COM TRADUÇÃO DE CELSO PACIORNIK

Choque de Alimentos? Celso Ming - O Estado de S.Paulo, Economia. 21/07/2012

Começam a se juntar indícios de virada da inflação.

Ontem, o IPCA-15 (medido em 30 dias terminados no dia 15 de cada mês) veio muito acima do esperado: avanço de 0,33% em julho, contra 0,18% em junho (veja o Confira).

Os números parecem baixos. O que preocupa é o que está por trás deles. Já dá para identificar, por exemplo, nova pressão sobre os preços dos alimentos. A origem disso

está no Meio-Oeste dos Estados Unidos, o maior cinturão produtor de grãos do mundo, que enfrenta a mais séria seca desde 1956.

Em apenas 30 dias (até ontem), as cotações do milho na Bolsa de Chicago sofreram um rali de 54%; as do trigo, 48%; e as da soja, 30% (veja gráfico). Aumenta o risco de choque de oferta. Em consequência da crise, estoques vinham sendo mantidos relativamente baixos. Como constituem a base das rações animais, a alta dos cereais tende a se espalhar por grande parte da cadeia alimentar.

Para o agronegócio brasileiro é excelente notícia. A próxima safra no Centro-Sul, que se inicia em setembro ou outubro, vem abençoada com preços excelentes, empurrados não só pela escalada dos preços das commodities, mas também pela desvalorização do real (alta do dólar), de aproximadamente 20%.

É ainda boa notícia para a balança comercial brasileira, cujo saldo estava ameaçado pelo baixo retorno das exportações e disparada das importações.

Mas não é boa notícia para a área de combustíveis. O governo pretendia se abastecer de álcool anidro importado para poupar gasolina, mas a quebra da produção de milho (a matéria-prima do álcool americano) pode furar o projeto. E é possível que a alta dos alimentos gere, pelo efeito simetria, impacto semelhante em outras commodities, sobretudo no petróleo.

A estocada nos preços dos alimentos pegou o Banco Central desprevenido. A Ata do Copom divulgada há dois dias declaradamente conta com "pressões baixistas sobre os preços das commodities". E ainda será preciso considerar o efeito sobre os preços provocado pelo reajuste já anunciado da gasolina, fora das telas dos radares do Banco Central na última reunião do Copom, dia 11.

Se esse quadro de choque de alimentos se confirmar, o Banco Central terá de rever também sua política monetária. Não poderá mais fixar os juros somente na suposição de que a baixa atividade econômica lá fora e aqui segure automaticamente a inflação. Terá de usar a alavanca dos juros. Ou seja, o ciclo baixista, iniciado em agosto do ano passado, pode se estancar (e ser revertido) antes do previsto.

Ainda ontem o Fundo Monetário Internacional divulgou alentado relatório sobre a economia do Brasil, onde está reafirmada, com todas as letras, a necessidade de mudança estratégica da política econômica.

Está sendo consolidada uma percepção de que o foco centrado no consumo já deu o que tinha de dar. E, para que a ênfase seja transferida para o investimento, será preciso choque de competitividade. A virada da inflação pode ser boa oportunidade para novo ataque.

Mapa incentiva uso e registro de Agrotóxicos Biológicos. Vera Stumm – Site do MAPA. 22/07/2012

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) incentiva cada vez mais o produtor rural a utilizar os agrotóxicos biológicos e os feromônios no combate às

pragas nas lavouras. Esse tipo de defensivos são menos agressivos à saúde humana que os químicos tradicionais. Atualmente, existem 1.537 marcas de pesticidas no mercado. Em 2011, havia somente 41 marcas enquanto neste ano já são comercializadas 72, o que representa um crescimento de 75%. A meta até 2015 é que 10% do total de defensivos produzidos sejam biológicos.

De acordo com o coordenador de Agrotóxicos e Afins do Ministério da Agricultura, Luis Eduardo Rangel, o registro de produtos biológicos é prioridade do Governo Federal. “Esse incentivo promovido pelo Ministério da Agricultura busca ampliar o uso de praguicidas desse tipo e reduzir o prazo para avaliação dos pedidos de certificação. Se o produto for eficaz e menos tóxico, o agricultor passará a adotá-lo”, explica. Além disso, por meio de uma decisão publicada no Diário Oficial da União no ano passado, o Mapa desobrigou os defensivos à base de inimigos naturais de estampar caveiras em suas embalagens (desenho de um crânio humano sobre dois ossos em “x”).

A produção de alimentos orgânicos também contribui para o aumento do mercado de pesticidas biológicos. Para estimular ainda mais o setor, o Ministério da Agricultura estabeleceu a venda livre (sem receita agrônômica) destes produtos fitossanitários para a agricultura orgânica, desde 2010. “Os princípios e exigências da agricultura orgânica permitiram uma liberalidade maior para recomendação dos produtos de menor impacto toxicológico”, enfatiza.

Segundo Luis Rangel, o Brasil tem participado com frequência como membro convidado do Fórum da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que tem como objetivo discutir os procedimentos de registros desses produtos. “O Brasil tem um dos melhores modelos reguladores de defensivos biológicos do mundo”, afirma.

Saiba mais

Feromônios – Os feromônios são substâncias químicas, captadas por animais de uma mesma espécie (intraespecífica), permitem o reconhecimento mútuo e sexual dos indivíduos. Os feromônios excretados são capazes de suscitar reações específicas de tipo fisiológico comportamental em outros membros que estejam num determinado raio do espaço físico ocupado pelo excretor.

Agentes biológicos – São organismos vivos, de ocorrência natural ou obtidos por manipulação genética, introduzidos no ambiente para o controle de uma população ou atividades biológicas de outro organismo considerado nocivo.

Para registrar um agrotóxico biológico, o ministério oferece facilidades e aprova a legalização em menos tempo que um agroquímico. Enquanto o processo de registro convencional pode levar até cinco anos, o de um agente biológico tramita sob prioridade e pode ser finalizado em até 60 dias.

A lista dos agrotóxicos registrados está disponível no endereço eletrônico www.agricultura.gov.br, link serviços – agrotóxicos/Sistema Agrofit. Os interessados em registrar produtos biológicos devem enviar *e-mail* para agrofit@agricultura.gov.br.

**Um prêmio à pioneira da agroecologia. Tânia Rabello – O Estado de São Paulo.
22/07/2012**

A agrônoma Ana Primavesi luta há 65 anos pela vida dos solos; em setembro, receberá o principal prêmio mundial da agricultura orgânica

A modéstia permeia as declarações da engenheira agrônoma Ana Primavesi quando ela se refere ao One World Award - o principal prêmio da agricultura orgânica mundial, conferido pela International Federation of Organic Agriculture Movements (Ifoam). Neste ano, foi ela a escolhida para receber a homenagem, na Alemanha.

"Eles distribuem o prêmio entre os vários continentes. Agora, foi a vez da América do Sul", comenta uma das precursoras do movimento orgânico no Brasil. "Estão me premiando por toda parte... Não sei para que isso", acrescenta, quase encabulada.

E ouve, em seguida, que a homenagem que receberá no dia 14 de setembro, com a participação de mais de mil pessoas, entre elas a vencedora do prêmio Nobel Alternativo da Paz, a indiana Vandana Shiva, é mais do que merecida, pelo trabalho que vem fazendo, há 65 anos, pela agricultura ecológica, auxiliando lavradores a tornarem suas terras produtivas e limpas, em harmonia com o ambiente, eliminando o uso de agrotóxicos e adubos químicos.

"Pois é... Pelo jeito...", sorri Ana Primavesi, que arremata: "Dizem que eu inventei a agricultura orgânica. Conscientemente, não. A gente sempre trabalhou dessa forma".

Impactos positivos. Instituído em 2008, o One World Award é conferido a cada dois anos a ativistas da agricultura orgânica no mundo. São pessoas cujo trabalho impacte positivamente a vida dos produtores rurais.

Em 2008, quem ganhou o prêmio foi o veterinário e professor alemão Engelhard Boehncke, por suas práticas e estudos em relação à criação orgânica de animais. Há dois anos, foi a vez do indiano pioneiro em agricultura orgânica Bhaskar Salvar, que, logo no início da década de 1950, contrapôs-se à Revolução Verde - que inaugurou o uso de adubos sintéticos e agrotóxicos nas lavouras -, ensinando agroecologia aos produtores, com o uso de fertilizantes orgânicos, a manutenção da vida no solo e o fortalecimento das plantas por meio de um ambiente equilibrado.

Neste ano, Ana Primavesi será a agraciada. Aos 92 anos, austríaca naturalizada brasileira, formada pela Universidade Rural de Viena, é Ph.D. em Ciências Agrônômicas e especializada em vida dos solos. Publicou vários artigos científicos e livros sobre o assunto, mas um deles, Manejo Ecológico do Solo (Editora Nobel, 552 páginas, reeditado mais de 20 vezes), é uma das bíblias da produção orgânica e leitura obrigatória nas faculdades de Agronomia do País.

A obra é citada no livro Plantas Doentes pelo Uso de Agrotóxicos, de Francis Chaboussou, no qual prova que pragas e doenças não atacam plantas cujos sistemas estejam equilibrados. E que são os adubos químicos e os agrotóxicos que atraem os parasitas, gerando um ciclo de dependência, com nefastas consequências para o planeta.

Preservação. Desde 1947, quando iniciou sua vida profissional, e por meio de aulas na Universidade Federal de Santa Maria (RS), Ana Primavesi vem batendo na tecla da preservação da vida no solo. Em aulas, palestras, conferências, debates, assistências técnicas diretas aos produtores rurais e a suas associações, a engenheira agrônoma repete frases que se tornaram mantras.

E quem as coloca em prática vê os resultados na produção, na preservação e na saúde de quem planta e de quem consome os alimentos agroecológicos: "O segredo da vida é o solo, porque do solo dependem as plantas, a água, o clima e nossa vida. Tudo está interligado. Não existe ser humano sadio se o solo não for sadio e as plantas, nutridas."

Observação. Tanto que a primeira coisa que ensina aos agricultores que a procuram é olhar para a terra. "Se o solo tem uma boa estrutura, o agricultor tem grande chance de modificá-lo e convertê-lo para a agricultura orgânica", diz. "Terra com boa estrutura forma grumos, que nada mais são que o entrelaçamento de microrganismos que conferem vida ao solo e saúde às plantas, além de permitirem a infiltração da água. Em solos compactados e sem vida, água vira enxurrada e provoca erosão."

Ana Primavesi lembra que uma planta precisa de no mínimo 45 nutrientes para se desenvolver e produzir de forma saudável. "A agricultura convencional dá, no máximo, 15 desses nutrientes para as plantas. E nem sempre esses 15 nutrientes são integralmente ministrados às lavouras convencionais", diz.

O resultado são plantas deficientes nutricionalmente e frágeis aos ataques de pragas e doenças, dependentes, portanto, do uso de agrotóxicos.

É justamente a maneira de devolver esses nutrientes ao solo que Ana Primavesi ensina aos agricultores. Ela lembra de agricultores na cidade de Diamantina, em Minas Gerais, que há cerca de 15 anos a procuraram porque já não conseguiam produzir com o pacote convencional.

"Eles estavam a desanimados, quase falindo, porque a cada ano a terra respondia menos às adubações", conta. "Começamos a melhorar o solo e a qualidade dos nutrientes, passando a aplicar adubações orgânicas", continua. "Demorou uns quatro a cinco anos, mas agora eles produzem com fartura. Há uns anos voltei lá e vi como estavam felizes com a produção orgânica", conta Ana, ressaltando que a recompensa sempre vem. "O problema é que ela não é rápida, e muitos desistem."

Mulheres rurais posicionam-se sobre direito humano à alimentação e reivindicam criação de fórum. Maria do Carmo de Andrade Lima – Site da Contag. 23/07/2012

Como tema de destaque em evento paralelo da sociedade civil à reunião da cúpula de chefes de Estados, que aconteceu em Moçambique, na África (18 a 22 de julho), na Comissão Permanente dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a intervenção das mulheres rurais se deu para tratar do direito humano à alimentação. "Nós, as mulheres rurais, ... , temos a convicção de que este será mais um encontro que trará resultados concretos para nossas vidas e não apenas um rol de declarações...", declararam em carta as mulheres rurais em sua intervenção, apelando por mais investimentos no setor agrário

voltado para elas, além da participação destas na discussão das políticas agrícolas, a fim de que correspondam aos reais anseios e necessidades de produção desse público. As rurais também reivindicam a criação e aprovação do Fórum das Mulheres Rurais da CLPP.

Para a Rede de Organizações para a Soberania Alimentar (ROSA) a criação do fórum está fundamenta em princípios que conduzem à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres “como meios eficazes para combater a pobreza, a fome e as doenças, e para promover um desenvolvimento verdadeiramente sustentável”. Segundo a rede, entre as atividades promovidas estão a divulgação da legislação da CPLP favorável à mulher, a realização de capacitações sobre legislação e políticas, a criação de políticas e práticas favoráveis ao equilíbrio das relações de gênero, a orientação das mulheres para seu envolvimento proativo na produção e cadeia de valor, a cota de mulheres nos fóruns de tomada de decisão, a documentação e divulgação dos casos exitosos envolvendo mulheres e o apoio à mulher em situação de conflito social, jurídico e social.

Países de língua portuguesa reúnem-se para combate à fome e à pobreza. Maria do Carmo de Andrade Lima – Site da Contag. 23/07/2012

Uma cúpula de chefes de Estados encontra-se reunida desde segunda (16 de julho) em Moçambique, na África, participando de encontro preparatório do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, da Comissão Permanente dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para a criação de uma plataforma de segurança alimentar da CPLP. A reunião, cuja abertura oficial acontece nessa quarta (18 de julho) e prossegue até o dia 22, ocorre no momento em que é preciso reforçar a integração entre os países no sentido de erradicação da fome e da pobreza nos países de língua portuguesa, com foco no direito humano à alimentação adequada. Para a comissão, é preciso que esses países atinjam um “capital humano saudável e ativo, livre da fome e da pobreza, num quadro de realização progressiva do direito humano à alimentação e o respeito pela soberania nacional”.

Três eixos estratégicos orientam o plano de ação da CPLP. O primeiro deles trata do fortalecimento da governança alimentar e nutricional, seguido da promoção do acesso à alimentação e melhoria dos modos de vida dos grupos mais vulneráveis e do aumento da disponibilidade de alimentos na perspectiva dos pequenos produtores.

É a primeira reunião de uma rede formada pelos conselhos de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste, que se fortalecem, e que se formou para tratar da segurança alimentar como tema prioritário e mais permanente. Para Alessandra Lunas, vice-presidente e secretária de Relações Internacionais da CONTAG, esse é um importante espaço de interlocução entre os países no sentido de construção de uma pauta em comum, com estratégias voltadas ao ano internacional da agricultura familiar, prospectando ações concretas. “Estamos trazendo para a agenda internacional assuntos em comum, trocando experiências e pensando ações conjuntas entre os países para o fortalecimento da agricultura familiar nessa agenda”.

A vice-presidente da CONTAG convoca os países para assumir um compromisso conjunto entre a agricultura familiar e a cooperação para o desenvolvimento sustentável socioambiental, econômico e cultural referenciada pelo princípio fundamental de uma relação entre iguais. “O Brasil tem condições de dar um tom mais forte nos espaços internacionais, a exemplo de como aconteceu na Rio + 20, quando a sociedade civil brasileira e de outros países enriqueceram o debate em torno destes temas de interesse mundial”, sugere Alessandra.

A CONTAG constitui, via o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), o bloco de organizações da agricultura familiar dos países de língua portuguesa.

Países de língua portuguesa criam Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional. Adriana Scorza – Site do MDS. 23/07/2012

Decisão foi tomada por chefes de Estado de Angola, do Brasil, de Cabo Verde, da Guiné-Bissau, de Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste

Brasília, 23 – A partir de agora, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) conta com um Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consan) e uma plataforma de cooperação onde os oito países membros trabalharão para o reconhecimento do direito humano a alimentação adequada. O Consan foi criado durante reunião em Maputa, capital de Moçambique.

A delegação brasileira, chefiada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), participou da elaboração do estatuto do conselho e do plano de atividades que serão realizadas até o final de 2014. A reunião contou com a presença de representantes da sociedade civil e de técnicos e chefes de Estado.

Para o diretor do MDS, Marcos Dal Fabbro, que representou o ministério do encontro, a CPLP dá um passo extraordinário ao constituir um Consan que guarda muita relação com o nosso Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). “É a primeira vez que se estabelece uma ampla plataforma de segurança alimentar e nutricional a partir de estratégias definidas pelos chefes de Estado, ou seja, uma oportunidade ímpar para a implementação de ações de cooperação em segurança alimentar e nutricional nesses países.”

Dal Fabbro destacou que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa agora conta com os seguintes eixos estratégicos: fortalecimento da governança de segurança alimentar e nutricional, promoção do acesso e utilização dos alimentos e aumento da disponibilidade de alimentos com base na agricultura familiar.

Encontros preparatórios à Conferência em Maputo, como aqueles que ocorreram em julho e outubro do ano passado, em Luanda e Roma, permitiram constituir base técnica e ambiente político para criar o Consan. A reunião na capital de Moçambique foi realizada de 16 a 20 deste mês.

Referência – A experiência brasileira é reconhecida como uma importante referência para os países membros da CPLP. “O Brasil estabeleceu, a partir do Fome Zero, um

conjunto de políticas e ações, amparados por marcos legais, que permitiu ao país estabelecer uma sólida política de segurança alimentar e nutricional”, lembrou Dal Fabbro.

Ações como a transferência de renda, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), o apoio à agricultura familiar e o acesso à água são alguns exemplos. “O Brasil tem muito a contribuir com as mais de 25 milhões de pessoas em vulnerabilidade alimentar nesses países”, assinalou Dal Fabbro.

Além do MDS, a delegação brasileira também contou com representantes dos ministérios de Relações Exteriores e do Desenvolvimento Agrário, além do Consea e de agricultores familiares. No último dia do encontro, houve a participação do diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), José Graziano.

Durante o evento, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi homenageado com o prêmio “José Aparecido de Oliveira”, por ter ampliado significativamente as relações de cooperação na CPLP. Quem recebeu foi o vice-presidente Michel Temer, que também participou da reunião.

MDS investe R\$ 9 milhões em segurança alimentar e nutricional. Neila Baldi – Site do MDS. 24/07/2012

Recursos serão repassados aos estados para que implantem planos e mobilizem os municípios

Estados interessados em implantar seus planos de segurança alimentar e nutricional têm até o dia 14 de agosto para inscreverem seus projetos no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (Siconv). O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) vai repassar R\$ 9 milhões àqueles que tenham aderido ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

Os governos estaduais receberão entre R\$ 350 mil a R\$ 400 mil por meio do Edital de Justificativa nº 10, com contrapartidas que variam de 0,5% a 5% do total, dependendo da região, para elaborar ou revisar os planos de segurança alimentar e nutricional, fortalecer os conselhos de segurança alimentar e nutricional e mobilizar as prefeituras para participar.

Segundo a coordenadora técnica do MDS, Roberta de Sá, os recursos vão garantir a gestão e a implantação dos sistemas nos estados, em colaboração com os Conselhos Estaduais de Segurança Alimentar, além de iniciar a sensibilização nos municípios.

Os valores repassados podem ser gastos na aquisição de equipamentos e/ou bens (até o valor de 10% do total de recursos do projeto), na contratação de apoio técnico, em passagens e diárias para representantes da sociedade civil, na elaboração de diagnóstico, na formação de rede de articuladores, na realização de consultas públicas e campanhas, entre outras ações.

Arysta retoma a aposta em herbicidas seletivos. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico. 25/07/2012

Flávio Prezzi: crescimento das vendas no segmento contrariou expectativas

A japonesa Arysta tem renovado suas apostas nas vendas de herbicidas seletivos para a soja, uma fatia de mercado que parecia fadada a desaparecer após a liberação dos transgênicos resistentes ao glifosato, em 2005.

"Há cinco anos, esperávamos uma queda de 75% nas nossas vendas neste segmento. Para nossa surpresa, elas mais que dobraram desde então", afirma Flávio Prezzi, presidente e CEO da companhia na América Latina. Em 2007, conta, a Arysta vendia pouco mais de 400 mil litros do herbicida seletivo cletodim. No ano passado, as vendas chegaram a 1 milhão de litros.

A explicação, afirma Prezzi, são os problemas crescentes com a resistência de ervas daninhas - que disputam espaço, água e nutrientes com as lavouras de soja - ao glifosato, o defensivo mais vendido no país.

O glifosato, um herbicida não-seletivo (capaz de matar todos os tipos de plantas) é aplicado nas lavouras de soja Roundup Ready (RR), geneticamente modificada para resistir ao produto. Idealmente, sua utilização dispensa o uso de outros produtos destinados a combater ervas daninhas.

Mas, após anos de uso, algumas plantas invasoras começam a resistir à aplicação do glifosato, o que deu algum suspiro para os chamados herbicidas seletivos (que combatem apenas alguns tipos de ervas), caso do cletodim. Atualmente, esses produtos são usados como um complemento ao glifosato. Prezzi acredita que o volume de vendas do cletodim pode triplicar nos próximos anos. "Podemos chegar a 3 milhões de litros", afirma.

Segundo ele, os focos de resistência tendem a crescer com a disseminação das lavouras de milho com a tecnologia RR no Brasil. "Ainda não é uma questão importante no Brasil. Mas, na Argentina, o surgimento espontâneo de milho resistente ao glifosato no meio da lavoura de soja é um problema cada vez mais comum e que estimula a venda de herbicidas seletivos", explica.

A Arysta faturou cerca de US\$ 400 milhões no Brasil em 2011, cerca de um quarto de sua receita global (US\$ 1,6 bilhão). As vendas da companhia, que atua nos segmentos de defensivos e nutrição vegetal, cresceram 28% no ano passado. Apesar disso, a empresa possui uma fatia de mercado ainda pequena - da ordem de 4% - no Brasil. Os segmentos de cana-de-açúcar e hortifrutigranjeiros respondem por quase metade das vendas.

Para acelerar seu crescimento, a empresa assinou em junho um acordo com a Bayer CropScience para licenciamento e comercialização global da fluoxastrobina, um fungicida patentado pela multinacional alemã que pode ser aplicado em lavouras de soja, milho, trigo e cana-de-açúcar. "Ainda não temos registro para usar esse produto no Brasil, e podemos levar alguns anos para obtê-lo", pondera Prezzi. A Arysta também

aguarda a liberação de um novo defensivo para as lavouras de trigo, mas o registro só deve sair em 2014.

Ministro volta a defender políticas direcionadas para segurança alimentar. Carlos Mota – Site do MAPA. 26/07/2012

Pesquisa e desenvolvimento tecnológico com enfoque na produção de alimentos são necessários, diz ministro

Durante o 16º encontro da Reunião Interamericana em Nível Ministerial sobre Saúde e Agricultura (RIMSA 16), nesta quinta-feira, 26 de julho, o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, destacou a importância do desenvolvimento de ações políticas voltadas para produção agropecuária com foco na segurança alimentar. O evento acontece no Chile até amanhã, 27 de julho.

O ministro ressaltou a necessidade de melhorar iniciativas quanto à legislação relacionada a segurança do alimento e à saúde pública. “Por meio de instrumentos de regulação é possível acelerar o atendimento aos padrões de qualidade, sanidade dos rebanhos e de produção mais sustentável dentro das cadeias de valor, principalmente para produtores comerciais de menor porte”.

Mendes Ribeiro Filho também defendeu políticas de crédito dirigidas para atividades agropecuárias relevantes para a segurança alimentar e a redução da pobreza. Ainda de acordo com ele, essas ações devem ser consideradas diagnósticos específicos locais e regionais. Também é necessário avaliar mecanismos de implementação e monitoramento de resultados.

“Além de investimentos na infraestrutura regional, são necessários recursos para pesquisa e desenvolvimento tecnológico com enfoque na produção de alimentos de qualidade, seguros e baratos, pelo governo e setor privado, lembrando que alguns alimentos de importância no combate à fome podem carecer do interesse do setor privado para investimentos”, explicou.

A importância da região da América Latina e Caribe para a crescente demanda mundial por alimentos e a necessidade de garantir níveis mínimos nutricionais também foi destacada por Mendes. Neste sentido, a manutenção da saúde dos rebanhos e plantéis e adoção de sistemas mais sustentáveis foram ressaltadas como forma de garantir o aumento da produtividade e o combate à desnutrição.

“Elevar a produtividade é a mais promissora estratégia para aumentar a oferta de alimentos. Neste sentido, a extensão rural é possivelmente um dos instrumentos com maior potencial para elevar a produção animal nos países da América Latina e Caribe e reduzir os níveis de pobreza rural e desnutrição a curto e médio prazos”, disse o ministro.

PAA garante renda aos agricultores e alimentos de qualidade às famílias. Raphael Rocha – Site do MDS. 27/07/2012

Exemplos vividos por participantes da Cooperativa Mista de Canoas (RS) comprovam os benefícios do Programa de Aquisição de Alimentos. Neste sábado, Dia do Agricultor, eles comemoram o sucesso da venda direta para o governo federal

Pelo menos uma vez por mês, o agricultor gaúcho Paulo Boff Ribeiro deixa a propriedade onde vive, na zona rural de Mampituba, com destino a Canoas, na Grande Porto Alegre. Há sete anos, ele percorre a BR-101, trajeto que liga o litoral norte do Rio Grande do Sul à região metropolitana da capital, num caminhão carregado de bananas. “Desde 2005, a gente traz a produção pra cá”, diz, com um sorriso no rosto.

O destino é o galpão da Cooperativa Mista de Produção e Comercialização Camponesa de Canoas (CPC). Lá, Paulo encontra companheiros como o jovem produtor de carne Aloísio Moraes. Com os dois, somam-se 5,2 mil agricultores gaúchos que desde 2005, quando passaram a integrar o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), fornecem grande variedade de produtos à cooperativa.

“A renda do agricultor aumentou muito depois do PAA. Antes, tínhamos a produção e não havia para onde vender. Hoje, é garantido”, acrescenta Paulo, que comercializa de 10 a 12 toneladas de banana por hectare ao ano. Por isso, neste sábado (28), Dia do Agricultor, os produtores que vendem alimentos para o PAA têm o que comemorar.

Venda direta – Ele explica que a economia de Mampituba se sustenta basicamente com a agropecuária – a cultura de banana é uma das mais fortes. “Os agricultores familiares tinham dificuldade com a venda da banana porque os atravessadores dificultavam muito. Agora, com o PAA, a gente elimina o atravessador. É venda direta o ano todo.”

Aloísio Moraes, 26 anos, além de produzir carne no município de Encruzilhada do Sul, região dos pampas do Rio Grande do Sul, é um dos diretores estaduais do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e compõe a direção da CPC, em Canoas. A maior parte da carne que produz é comercializada para o PAA. “Resta pouco para a gente vender para o comércio local. Quase toda a produção é vendida ao programa.” Cerca de 70% da produção de alimentos que chega à mesa das famílias brasileiras vem da agricultura familiar.

O PAA é mais que garantia de renda, destaca Aloísio. “É uma política, um programa que contribui para regulamentar um valor base. Por causa dele, a gente não fica mais tão vulnerável frente a atravessador, frigorífico e tudo o que envolve a produção e a comercialização da agricultura familiar.”

Aloísio acredita que grande parte das conquistas dos pequenos agricultores se deve à mobilização e à organização. “Foi por meio do MPA que fomos atrás dessa política pública do governo, além da mobilização e da organização nacional, estadual e regional dos movimentos sociais, associações e cooperativas. Estamos conseguindo vender tudo o que produzimos no campo e, conseqüentemente, melhorar nossas vidas e a das pessoas que sofrem insegurança alimentar.”

A secretária nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do

Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Maya Takagi, concorda com Aloísio. De acordo com ela, é importante fortalecer cada vez mais a organização dos trabalhadores. “As cooperativas promovem a produção, a inclusão social e o combate à pobreza.”

Maya destaca ainda o papel do Brasil no cenário internacional. “Exportamos políticas de segurança alimentar como o PAA. O Brasil virou referência em estratégias como a da agricultura familiar.”

Compra garantida – Arroz, feijão, beterraba, cenoura, cebola, farinha de milho e trigo, banana, laranja e carne são alguns dos produtos que formam as cestas de alimentos na cooperativa de Canoas e garantem alimentação de qualidade às famílias da região em vulnerabilidade social e insegurança alimentar. “É tudo agroecológico. Além de reduzir os custos, não prejudicamos a saúde do agricultor e do consumidor e diminuimos os impactos negativos do uso dos agrotóxicos”, conta Aloísio.

A desempregada Lucimara Silva de Oliveira, 23 anos, faz parte de uma das famílias que recebem a cesta de alimentos. “Para uma família de quatro, cinco pessoas, a cesta dura até 15 dias.” Mãe de três filhos, ela recebe o Bolsa Família há um ano. “Com o dinheiro que ia usar para comprar alimentos, posso fazer outra coisa.”

Lucimara e os próprios moradores beneficiados pela cooperativa são responsáveis por montar as cestas a serem distribuídas. “A gente faz trabalho social voluntário em igreja e tanto as mulheres quanto os homens beneficiados com os alimentos do PAA ajudam a organizar as cestas que vão ser doadas a entidades, creches, famílias e escolas.”

Nas escolas públicas, outra política do governo federal, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), garante que 30% dos alimentos da merenda sejam oriundos da agricultura familiar.

Cooperativa – A CPC de Canoas beneficia com alimentos da agricultura familiar mais de 800 famílias de uma das regiões mais pobres do município. Segundo Aloísio, o contato entre agricultores e famílias que recebem os produtos mostra o quanto o PAA é importante para a vida de quem produz e de quem recebe os alimentos. “A gente traz os produtos para cá e isso nos dá a dimensão desse outro lado, que é a falta de alimentos para o trabalhador, as famílias. A gente se relacionando com eles aqui. Vemos que muitos vieram do interior em busca de qualidade de vida, muitas vezes sem conseguir. É significativo participar de todo o processo do PAA. Não imaginava que existia tanta dificuldade.”

Agrotóxicos fazem abelhas desaparecer e ameaçam produção de frutos. Daniele Silveira – Site do MST (Radiagência NP). 27/07/2012

A associação entre o desaparecimento de abelhas e o uso de agrotóxicos levou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a restringir a aplicação de quatro tipos de princípios ativos de inseticidas. Os compostos químicos – Imidacloprido, Tiametoxam, Clotianidina e Fipronil – estão proibidos, provisoriamente, de serem disseminados por via aérea e em épocas de floração na lavoura.

Além disso, passarão por um processo de reavaliação do uso, já que estudos científicos têm apontado essas substâncias como causadoras da morte desses insetos em diferentes regiões do país.

O agrônomo, Quimet Toldrá, destaca a importância das abelhas para a produtividade de certas culturas agrícolas.

“A abelha europeia, a nível mundial, é responsável por aproximadamente 75% da produção de frutos. No caso das maçãs, por exemplo, calcula-se que 90% da produção é responsável pela polinização das abelhas. Em outros cultivos como o café 60% se deve as abelhas.”

Toldrá ainda ressalta os problemas do modelo atual de produção agrícola adotado pelo país, baseado nas monoculturas, que vem utilizando largamente produtos químicos a fim de aumentar a produtividade.

“Atualmente se diz que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do planeta. Então, a quantidade que está se jogando de agrotóxicos vai ter efeitos na biodiversidade. Não são efeitos às vezes até diretos, mas indiretos. Ou seja, vai se rompendo a cadeia de reprodução das plantas, de diferentes espécies vegetais.”

Após a reavaliação, o Ibama irá decidir se mantém a suspensão da aplicação por avião dos agrotóxicos que contenham os compostos químicos analisados ou, ainda, se adotará outras medidas de restrição ou controle das substâncias.

Camponesas pela soberania alimentar. Livia Duarte (FASE) – Site do MST. 27/07/2012

Na América Latina e Caribe as agricultoras familiares produzem 45% dos alimentos que consumimos. Inegável, portanto, a importância do trabalho delas para nosso cotidiano. Nesta entrevista, Vanessa Schottz (da FASE) e Elisabeth Cardoso (do CTA/ZM) lembram, no entanto, que este trabalho é silencioso, invisível e, também por estas razões, desvalorizado por boa parte da sociedade.

As entrevistadas, que são do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia, falaram também de políticas públicas para mulheres no campo e avaliaram a Cúpula dos Povos. Durante o evento, a participação das mulheres chamou a atenção desde a marcha que abriu a série de manifestações que tomaram as ruas do Rio de Janeiro até as diversas atividades autogestionadas realizadas por elas.

Foi a partir destes espaços que a discussão sobre o papel das mulheres na sociedade hoje – e naquela que os grupos querem construir – foi tomando corpo até a afirmação do feminismo “como instrumento da construção da igualdade” na Declaração Final da Cúpula. O documento incluiu também a “autonomia das mulheres sobre seus corpos e sexualidade, e o direito a uma vida livre de violência” como premissas a serem defendidas pelos povos.

Saiba mais sobre a luta das mulheres camponesas na entrevista realizada originalmente para o programa Planeta Lilás, organizado por militantes feministas na Rádio Cúpula dos Povos:

Vanessa, qual papel das mulheres na agricultura camponesa?

Esta pergunta é importante porque nos dá a oportunidade de dizer que as mulheres não ajudam na agricultura, as mulheres trabalham na agricultura. Elas estão na produção de alimentos. Elas estão no resgate e na conservação das sementes. Elas estão nos processos de resistência nos territórios, contra o agronegócio. Elas estão no cuidado com a alimentação.

As mulheres assumem um papel importante – e protagonista – neste momento em que estamos discutindo sustentabilidade, mas também estamos discutindo soberania alimentar. As mulheres têm um papel fundamental tanto na bandeira de luta da soberania alimentar quanto nas práticas agroecológicas e nas práticas de consumo sustentável. Elas estão em vários espaços, fazendo as suas lutas no dia-a-dia, e também se organizando e lutando para garantir a visibilidade o seu trabalho.

Beth, você pode dar um exemplo das mulheres lá da Zona da Mata, sobre o papel que elas cumprem, para entendermos melhor essa afirmação da Vanessa?

Na Zona da Mata, em Minas Gerais, temos um bom exemplo porque lá é forte a crença de que o que sustenta a região é a produção de café. As mulheres estão presentes – e são fundamentais – na produção do café. E isso é sempre bom lembrar. Mas elas têm descoberto recentemente ter um papel muito mais importante como produtoras de alimentos. Elas coordenam todo o trabalho de produção dos quintais: das plantas, das hortas e da produção de animais.

No nosso trabalho com agroecologia na região criamos um calendário para elas anotarem produção e consumo. Fizemos isso porque geralmente não se valoriza muito a produção para o autoconsumo. E elas se assustaram depois de cerca de três meses quando perceberam que o equivalente de renda gerado pelo autoconsumo é superior à renda gerada pelo trabalho com o café.

Isto é emblemático em relação à história da produção das mulheres. O trabalho delas acaba invisível porque o autoconsumo não está no PIB e não é contabilizado em nenhuma economia – nem para os municípios, nem para a família. Perceber que o trabalho delas gerava mais renda que o café foi importante para elevar a autoestima e para que elas se percebessem como fundamentais no trabalho de produção. Se não fossem as mulheres fazendo esse trabalho de produção para o autoconsumo, a agricultura familiar no Brasil não se sustentaria.

A renda da agricultura familiar hoje na comercialização de produtos, mesmo acessando os mercados institucionais, só é suficiente por causa da produção familiar para o autoconsumo. Os agricultores familiares compram muito pouca coisa fora das suas propriedades. Na Zona da Mata de Minas temos valorizado bastante este fato não só no que se refere à produção de alimentos, mas também com a produção de medicinas naturais, muito importante para a manutenção da saúde das famílias.

Uma das pautas principais desta Cúpula dos Povos é a luta contra a “mercantilização da vida”. E aí acredito que falamos não só da natureza, das florestas, dos serviços ambientais, mas também dos modos de vida. Valorizar a produção para o autoconsumo é um jeito de fugir do mercado, Vanessa?

É isso. E se a gente parar para pensar, não existe nada mais radical na luta por soberania alimentar do que a produção para o autoconsumo. Porque é a via da alimentação sem passar pelo mercado. E é justamente isso que o mercado tenta desconstruir de várias formas. Uma é a ocupação dos territórios com monocultura – porque sem diversidade as famílias ficam dependentes da compra de produtos nas grandes redes de supermercado. Outra maneira é a publicidade que estimula o consumo dos produtos industrializados. Então essa prática do autoconsumo, que está muito ligada ao trabalho das mulheres, é fundamental no movimento de resistência contra o agronegócio, contra o uso do território para a produção de monocultivo para a exportação. É uma prática que precisamos valorizar e dar visibilidade.

E é importante dizer também que as mulheres não estão apenas trabalhando para o autoconsumo. Entre as mulheres que compõe o GT de Mulheres da ANA vemos que um grande número comercializa sua produção para feiras e também para o mercado institucional de alimentos via PAA [Programa de Aquisição de Alimentos] e PNAE [Programa Nacional de Alimentação Escolar], apesar de enfrentarem muitas dificuldades. A questão é que as políticas públicas, da forma como estão estruturadas, não consideram o trabalho e as necessidades das mulheres.

E vocês podem dar exemplos que explicam por que essas políticas são insuficientes para atender às necessidades das agricultoras?

Vanessa - São várias questões. Por exemplo: para que qualquer agricultor ou agricultora familiar acesse as políticas públicas para Agricultura Familiar no Brasil é necessário acessar o “Documento de Acesso e de Aptidão ao Pronaf”, que chamamos de DAP. A DAP tem uma série de problemas, e passa pela lógica de que é um documento “familiar” no qual cabe sempre ao homem o protagonismo. Então se na família o homem é professor ou agente comunitário de saúde e a mulher é agricultora ela não consegue ter sua profissão reconhecida. Ou seja, muitas mulheres estão produzindo, não conseguem acessar esse documento e, portanto, não conseguem ser reconhecidas como sujeito por essas políticas.

Outras tantas vezes, os homens apresentam os documentos e recebem o dinheiro pela esposa. Achamos que isso é muito ruim, pois além de impedir a visibilidade do trabalho delas, impede o acesso à renda, um elemento que consideramos importante para o processo de construção de autonomia. Acreditamos que autonomia econômica e autonomia política são vias que precisam andar juntas para permitir uma relação de igualdade entre homens e mulheres.

Vocês estão falando a partir do GT de Mulheres da ANA. Beth, você pode explicar porque existe e como funciona este Grupo de Trabalho?

A ANA é a Articulação Nacional de Agroecologia, uma rede formada por redes regionais e movimentos sociais de todo o Brasil que é organizada internamente por

Grupos de Trabalho. O Grupo de Trabalho das Mulheres é um espaço de auto-organização a partir do qual refletimos sobre questões de gênero, por exemplo, a partir do nosso olhar sobre as políticas públicas. Também fazemos um trabalho de sistematização de experiências de mulheres na agroecologia que ajuda nesta reflexão. A partir do GT de Mulheres refletimos também sobre a própria ANA.

Para conhecer melhor a articulação vale a pena ver a página na internet: www.agroecologia.org.br. Ali é possível encontrar uma publicação do GT de Mulheres com as experiências sistematizadas na região nordeste – também estamos sistematizando experiências do sul e da Amazônia, mas ainda não estão publicadas. É um trabalho muito rico porque a partir das experiências das mulheres aprendemos muito. Inclusive, acho que isso é uma reflexão para a ANA como um todo.

Uma coisa que a gente se esforça também é para que em todos os espaços da ANA haja participação das mulheres. Acreditamos que a articulação é um espaço democrático e por isso ficamos até tristes se em um evento misto não haja, pelo menos, 50% de mulheres.

E o que acharam da Cúpula dos Povos? Vai fazer alguma diferença no futuro?

Vanessa - Eu acho que a Cúpula dos Povos cumpriu o seu papel de dar visibilidade, primeiro, às críticas que fazemos às falsas soluções do capital com o nome de “economia verde” com a justificativa de superar uma crise que “eles” próprios causaram. Ao mesmo tempo, mostramos que existem alternativas viáveis sendo construídas pela sociedade, pelas mulheres, pelos índios, pelos camponeses. Então, eu acho que a Cúpula deixou essa mensagem. E deixa também uma mensagem importante de que sustentabilidade, diversidade, soberania alimentar, são temas e bandeiras de luta que precisamos cuidar para que não sejam apropriadas pelo capital.

A gente pôde ver aqui perto, no Pier Mauá, uma exposição montada pelo agronegócio como evento oficial da Rio+20 onde dizem fazer agricultura sustentável, onde dizem contribuir para a preservação do meio ambiente, se apropriando de bandeiras de lutas da sociedade com uma cara-de-pau impressionante. E para nós está posto o desafio de dialogar com a o resto da sociedade, desconstruir todo o discurso falso montado pelo agronegócio de que este seria o único modelo possível para produzir alimentos.

O modelo deles é este com veneno, com transgênicos, com sementes estéreis, com alto consumo de alimentos industrializados, e com grande impacto sobre o meio ambiente, ao contrário do que tentam nos fazer engolir. Aqui [na Cúpula dos Povos] estamos trazendo outra mensagem: o modelo de produção da agroecologia – que defendemos – não pode conviver com esse modelo insustentável [do agronegócio] que contribui mais e mais para destruir o patrimônio da humanidade – patrimônio cultural, toda a biodiversidade.

Então, eu acho que a Cúpula está cumprindo muito bem esse papel, mas fica o desafio daqui para a frente de continuarmos desconstruindo esse discurso que visa confundir a população e – ao mesmo tempo – continuar apontando falsas soluções para gerar mais renda e mais lucro em cima da crise.

E você, Beth? Como avalia esta Cúpula?

Além do que disse a Vanessa, acrescento que para mim a Cúpula dos Povos foi um grande espaço de convergência dos movimentos sociais, não só do Brasil, mas da América Latina e de outras partes do mundo. E foi muito importante para dar visibilidade para o movimento feminista. Achei importante demais estes dias em que a gente ficou convivendo aqui com os diversos movimentos. Eu acho que crescemos com isso, aprendendo a incorporar a pauta dos outros nas nossas lutas também. Eu acho que as manifestações foram maravilhosas.

Todos os dias a gente via passeatas nas ruas, muita mobilização e ação direta. Acho que isso fez muito bem, não só para os movimentos, como também para a sociedade em geral – para as pessoas verem que nem tudo que está sendo feito em relação ao meio ambiente é igual. Existem diferenças, idéias diferentes, e o importante é a gente estar aqui colocando isso: existe algo diferente do que se discute na conferência oficial da ONU.

Inspeção sanitária agropecuária será revista. Tarso Veloso – Valor Econômico. 27/07/2012

Depois de ter sido regulamentado em 2006 pelo Ministério da Agricultura e praticamente não sair do papel, o Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) será inteiramente reformulado. Com a nova configuração, o programa vai transferir boa parte da responsabilidade pela qualidade do produto para quem o fabrica e simplificar as regras de registro para a comercialização.

Até agora, o Ministério da Agricultura era responsável pela realização de testes e aprovação das vendas de todos os produtos e insumos fabricados no país. Com as novas regras, a responsabilidade será dividida entre o ministério, os produtores, os governos estaduais e municipais e entidades governamentais. O Suasa foi criado inicialmente para inspecionar e autorizar a comercialização de produtos agropecuários em todo o território nacional. Mas a tarefa se tornou impossível com o crescente número de empresas e produtores.

As mudanças vão permitir maior liberdade para o empresário rural colocar seu produto no mercado. A vistoria será feita depois. Em um primeiro momento, o dono da fazenda vai entregar a documentação aos fiscais estaduais especificando seu produto e receberá a autorização para vendê-lo. Essas informações serão incluídas no sistema nacional e ficarão abertas para consulta, permitindo que os produtores vendam o produto em todo o Brasil.

No futuro, o próprio produtor deverá submeter, com frequência, amostras para análise em laboratórios autorizados pelo governo. No caso de inconformidade com a documentação entregue ao ministério e o produto vendido, o produtor será responsabilizado. "No regime anterior, a responsabilidade pela segurança do produto era exclusivamente do governo. Nos últimos anos a questão ficou clara para todos: quem tem que garantir a especificação do produto é quem o faz", disse o secretário de Defesa Agropecuária do Mapa, Ênio Marques Pereira.

Hoje, as regras para comercialização são "altamente" burocráticas e impediam o produto de se regularizar. Para comercializar um produto em um município, a agroindústria

precisava cadastrá-lo na secretaria municipal. Se for em mais de um município, na estadual. Se for vender em todo o território nacional e no exterior, é necessário um SIF. "O governo está reconhecendo a equivalência do serviço municipal ao nacional", disse Pereira ao **Valor**.

Com o novo Suasa, o produtor pode entregar a documentação e registrar o produto no seu município e vender em todo o país. Para cada produto, existe um sistema de informação subordinado ao Suasa: Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA); Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (SISBI-POV); Sistema Brasileiro de Inspeção de Insumos Agrícolas; Sistema Brasileiro de Inspeção de Insumos Pecuários.

A expectativa do secretário de Defesa Agropecuária do ministério é que o programa atinja 1,1 mil municípios até 2015. Hoje, esse número não passa dos 50. Atualmente, vários Estados já têm um programa de vistoria e cadastro de alimentos, mas que não é integrado nacionalmente ou nem sempre estão funcionando.

"Dentre todos os municípios brasileiros, 67% não possuem um serviço de inspeção instalada. Nos 33% que possuem, mais da metade deles não está funcionando", afirmou o diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Dipoa) do Ministério da Agricultura, Luiz Carlos de Oliveira.

Um dos principais benefício esperado pelo governo será a formalização dos produtores. Nos padrões antigos, por incapacidade do governo em autorizar a todos a comercialização, somente indústrias e entrepostos podiam finalizar a fabricação do produto. Isso faz com que a agricultura familiar tenha dificuldades para vender sua produção fora do seu território.

Um produtor de queijo, por exemplo, somente poderia concluir algumas etapas da produção. A finalização do processo deveria ser feita em outro local autorizado pelo governo, já que somente uma propriedade não conseguiria a licença. Hoje, aqueles que já seguem as regras poderão abrir uma agroindústria ou se juntar a vizinhos para isso.

"Nos últimos cinco anos conseguimos criar um tipo de regra que é possível o pequeno atender", explicou o secretário. A informalidade é mais acentuada nas propriedades que atuam em menor escala e onde o consumo é local, como em feiras livres ou de produtos como leite cru, direto do animal.

A informalidade hoje assusta em alguns segmentos. No caso dos ovinos, ela pode chegar a 90% de toda a carne comercializada no país. Nos lácteos, cerca de 50% da venda dos derivados e do leite são feitos sem vistoria oficial.

O caso mais complicado é o de bovinos. Mesmo com abates clandestinos, quando o produtor decide abater o animal em sua propriedade e vender cortes de carne, a expectativa é que este quadro não mude. A tendência é que somente quem processa o produto, como salames, queijos e salsichas possa se beneficiar. "O produtor deve sofrer pela falta de estrutura. As obrigações para construir um abate são gigantescas. É impossível ele construir um matadouro pequeno. Ou o município faz ou vários se reúnem para construir", disse Pereira.

O governo ainda avalia qual o método que será usado para pequenos produtores comercializem seus produtos. No caso daqueles pequenos que não se interessarem em abrir uma agroindústria coletiva, está em estudo pelos Ministérios da Receita, Previdência e Agricultura a possibilidade de eles continuarem utilizando seus CPFs ao invés de um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Mapa intensifica fiscalização de agrotóxicos. Vera Stumm – Site do MAPA. 26/07/2012

Em 2011 foram realizadas 1.202 fiscalizações e a meta para 2012 é de 1.482 ações

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) tem apresentado significativo crescimento nas fiscalizações dos agrotóxicos no Brasil. Somente em 2011, o Mapa realizou 1.202 inspeções em produtos e estabelecimentos que fabricam, formulam e manipulam agroquímicos ou que testam a sua eficácia agrônômica. Para este ano, a meta é de 1.482 ações. “A missão do ministério é garantir que o insumo chegue até o produtor rural com a qualidade prevista no seu registro”, ressaltou o chefe de Divisão de Fiscalização de Agrotóxicos do Mapa, Álvaro Inácio.

De acordo com Álvaro, nos últimos anos houve um crescimento no número de vistorias realizadas pelo Governo Federal. Em 2005, foram 415 e, comparado ao número de ações em 2012, representa um aumento da ordem de 65%. “Nos últimos anos é notável um aumento no uso desses produtos e, conseqüentemente, uma maior necessidade de qualificar a fiscalização para que ela seja mais efetiva. Para isso, o Governo está capacitando os fiscais e aprimorando os procedimentos de fiscalização”, explicou.

A responsabilidade da inspeção de agrotóxicos é dividida entre a União, os Estados e os Municípios. Cabe ao Ministério da Agricultura, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) vistoriar as indústrias na produção, na importação e na exportação dos agrotóxicos e, aos estados cabe a fiscalização do comércio e o uso correto do produto pelo produtor. “Todo produto que foi registrado e na ocasião da fiscalização apresentar alguma inconformidade perante o registro é passivo de uma autuação. A multa máxima para as indústrias pode chegar a cerca de R\$ 19 mil, aplicada em dobro em caso de reincidência. E cabe aos estados e ao Distrito Federal garantirem o correto comércio e uso desses produtos”, frisou Álvaro Inácio.

Bulas de agrotóxicos terão faixa toxicológica colorida. Leilane Alves Pereira – Site do MAPA. 27/07/2012

Fabricantes devem adaptar normativa aos produtos em até 150 dias

A Instrução Normativa nº 14, publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira (27) pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) estabelece que as bulas dos agrotóxicos deverão conter faixa toxicológica colorida até o final de dezembro.

O coordenador de Agrotóxicos e Afins, Luís Eduardo Rangel, explica que existia uma má interpretação do Decreto 4.074 de 2002. Além disso, a Portaria nº 93/1994 foi revogada. “Do ponto de vista jurídico, isso criava um conflito. Então, para resolver a situação, nós tivemos que revogar a portaria de 94 e dar um prazo para os fabricantes poderem se regularizar. Do ponto de vista de impacto, é mínimo. Isso não vai mudar nada na composição dos agrotóxicos. A mudança não oferece risco nenhum”, afirma.

O rótulo externo dos produtos sempre precisou ter a faixa toxicológica colorida. Agora, a mesma cor da caixa deve estar estampada na bula. “Na percepção, já que a cor é um dado importante para classificar o produto, também deverá constar junto às instruções de uso”, complementa o coordenador da área de agrotóxicos. A partir de hoje, as empresas detentoras de registro terão o prazo de 150 dias para adaptar as embalagens.

Em 23 de abril de 2012, o Mapa publicou o Ato nº 11 com a mesma finalidade. Luis Rangel explica que a Instrução Normativa tornou-se necessária porque tem força maior do que o Ato. “Como havia um conflito na legislação, era preciso uma norma forte. Se a norma antiga foi assinada pelo secretário, a assessoria jurídica concluiu que o ato não teria como resolver o problema”, conclui.

Excesso de chuva em SP faz produtor de hortaliças usar mais agrotóxicos. Bruno Deiro – O Estado de São Paulo. 27/07/2012

Aumento da umidade e temperaturas amenas no outono e no inverno elevam os riscos de doenças em verduras e legumes no Estado, o que pode até triplicar o uso de pesticidas, afirmam especialistas; com isso, produtividade diminui e preços aumentam

Os efeitos do atípico período chuvoso em São Paulo desde maio - o mais intenso em quase três décadas - já impactam os produtos agrícolas consumidos pelos paulistanos. Segundo técnicos e produtores, verduras e legumes têm sido cultivados com mais agrotóxicos para compensar o inesperado excesso de umidade. O excedente da chuva também dificulta o plantio de orgânicos, que já são encontrados em menor quantidade nas feiras.

Os números só serão conhecidos em agosto, quando o Ministério da Agricultura consolidar os dados que o Plano Nacional de Controle de Resíduos Contaminantes (PNCRC) coletou até o dia 30 de junho. Mesmo assim, produtores e especialistas afirmam que tem havido um maior uso de pesticidas no cinturão verde paulista nos últimos três meses, especialmente em folhosas (alface, rúcula e brócolis) e solanáceas (pimentão e tomate).

"O outono e o inverno estão prejudicando muito a agricultura paulista neste ano. O último grande período úmido assim havia sido em 1983", afirma o pesquisador Marcelo Bento Paes de Camargo, do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC). "Isso se reflete na necessidade do combate químico em produtos como laranja, cana-de-açúcar e as hortaliças, que são mais frágeis."

O produtor e agrônomo Gérson Saiki, que planta em Cotia e vende na Ceagesp, nega ter compensado o decréscimo de produtividade com agrotóxicos, mas relata que em sua

região produtores têm usado do artifício. "O pessoal está descapitalizado por causa do verão pouco lucrativo que tivemos e tenta salvar a produção a qualquer custo", afirma.

O inverno com temperaturas brandas em São Paulo tampouco tem facilitado a vida dos agricultores. O clima frio, segundo especialistas, auxilia no controle das doenças fúngicas e bacterianas.

"É o motivo pelo qual o inverno seco é a estação mais propícia para o cultivo de hortaliças. Mas a alta umidade, com temperaturas amenas, aumenta o risco de doenças e, assim, o uso de agrotóxicos pode duplicar e até triplicar", explica o agrônomo Carlos Lopes, da Embrapa Hortaliças.

Orgânicos. Entre os produtores orgânicos, que evitam o uso de pesticidas sintéticos, o excesso de chuva tem inibido o plantio. Com isso, itens como alface, rúcula e brócolis têm tido menos oferta, e com qualidade inferior.

Sidnei Gomes, produtor de Mogi das Cruzes, afirma que perdeu até 30% da produção de hortaliças. "Com tanta água, nem adianta plantar porque não cresce", diz o agricultor, que vende vegetais nas feiras livres do Pacaembu, Água Branca e Ceagesp.

João Evangelista, que também comercializa seus produtos orgânicos no Parque da Água Branca, afirma que há dois meses não planta rúcula. "Em épocas boas, conseguia oferecer 800 caixas de verduras e legumes por mês. Atualmente, mal tenho conseguido produzir 600", afirma.

Os agricultores que menos sentem o impacto da chuva são os que plantam em solo coberto - e cobram mais caro por isso. O comerciante João Roberto Françolim, de 47 anos, que costuma fazer compras na feira da Ceagesp, reclama dos preços. "O tomate quase dobrou de valor. Além disso, a alface está muito menor. No saco plástico que ficava cheio com uma peça, hoje cabem duas com folgas."

Sumiço de abelhas faz Ibama reavaliar pesticida – O Estado de São Paulo. 28/07/2012

O desaparecimento de abelhas - um problema identificado há cerca de dez anos nos Estados Unidos, mas que atingiu a Europa e também o Brasil - levou o Ibama a proibir temporariamente a aplicação por aviões de quatro agrotóxicos no País. Nesse meio de tempo, eles serão reavaliados quanto à sua segurança para esses polinizadores.

Desde 2006, apicultores americanos têm reportado perdas de pelo menos 33% nas colônias de abelhas durante o inverno. Desde que a chamada síndrome de colapso das colônias (CCD na sigla em inglês) começou a ser observada, diversas possibilidades foram investigadas.

Suspeitou-se de vírus ou outras parasitas não identificados, das mudanças climáticas, de transgênicos, inseticidas e agrotóxicos. Estudos recentes identificaram a relação de alguns destes últimos com a desorientação e a morte das abelhas.

Quatro substâncias serão reavaliadas: imidacloprido, tiametoxam, clotianidina e fipronil. O primeiro a passar por esse processo será o imidacloprido, que tem a mais ampla comercialização dos quatro - só em 2010, foram 1.934 toneladas, 60% da quantidade total comercializada das quatro substâncias.

Nos três meses em que deve correr o processo de reavaliação, os produtores de agrotóxicos que contenham um ou mais desses compostos terão de incluir um alerta nas embalagens e bulas. A mensagem informará que a aplicação aérea não é mais permitida e o produto é tóxico para abelhas.

Além disso, informará que o uso é proibido em épocas de floração ou quando for observada a visitação de abelhas na lavoura e que o descumprimento dessas determinações constituirá crime ambiental.

De acordo com o Ibama, a decisão foi baseada em pesquisas científicas e em posições semelhantes tomadas por outros países. Das cem culturas agrícolas responsáveis por 90% da base de alimento mundial, afirma o órgão, cerca de 70 % são polinizadas por abelhas.

Pesquisa divulgada em março deste ano na revista Science, por exemplo, mostrou os riscos do tiametoxam. O inseticida, comercializado em todo o mundo há mais de dez anos. Apesar de não matar as abelhas, modifica seu comportamento. Elas ficam desorientadas, se perdem e não acham o caminho de volta para a colônia, que acaba colapsando.

Uso de defensivos é intensificado no Brasil. Gerson Freitas Jr. - Valor Econômico. 30/01/2012

Os produtores rurais brasileiros estão usando mais defensivos em suas lavouras. Apesar do expressivo crescimento da área cultivada com sementes transgênicas, tecnologia que promete reduzir o uso de químicos na produção agrícola, as vendas desses produtos aumentaram mais de 72% entre 2006 e 2012 - de 480,1 mil para 826,7 mil toneladas -, segundo dados do Sindag, sindicato que representa fabricantes de defensivos no país.

No mesmo período, a área cultivada com grãos, fibras, café e cana-de-açúcar cresceu menos de 19%, de 68,8 milhões para 81,7 milhões de hectares, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Isso significa que o consumo médio de agrotóxicos, que era pouco superior a 7 quilos por hectare, em 2005, passou a 10,1 quilos em 2011 - um aumento de 43,2%.

Entre as principais classes de produtos, as vendas de fungicidas foram as que mais cresceram. Entre 2006 e 2011, o uso anual do produto destinado a combater doenças como a ferrugem da soja mais que triplicou, de 56 mil para 174 mil toneladas. As vendas de inseticidas avançaram quase 84%, de 93,1 mil para 170,9 mil toneladas. Já as entregas de herbicidas, químico usado no combate a ervas daninhas, alcançaram 403,6 mil toneladas - um aumento de 44% em relação às 279,2 mil toneladas registradas em 2006.

As vendas de defensivos movimentaram quase US\$ 8,5 bilhões no Brasil em 2011 - o dobro do apurado em 2005. Trata-se do segundo maior mercado do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos.

O expressivo aumento no uso dos defensivos aconteceu no mesmo período em que o cultivo de transgênicos deu seu grande salto no país. Desde 2005, ano em que o Brasil aprovou sua Lei de Biossegurança, a área plantada com sementes geneticamente modificadas mais do que triplicou, de 9,4 milhões para 32 milhões de hectares. Só o cultivo do milho transgênico com a tecnologia BT - que protege as plantações dos ataques de lagartas e dispensa o uso de inseticidas para esse fim - saltou de zero para quase 10 milhões de hectares, de acordo com os últimos dados da consultoria Céleres.

Anderson Galvão, CEO da Céleres, afirma que não há contradição no aumento das vendas tanto de transgênicos quanto de agroquímicos. "Embora a biotecnologia pressuponha um menor uso de defensivos, a base inicial é muito baixa", justifica. Ele pondera que, até meados da última década - anos de vacas magras na agricultura brasileira -, os produtores aplicavam menos químicos do que o necessário para combater as pragas nas lavouras devido à necessidade de cortar custos. Com o aumento da renda nos últimos anos, no entanto, os produtores puderam investir mais no trato das plantações. "Não fosse a biotecnologia, esse crescimento teria sido ainda maior", garante. "O fato é que a intensidade tecnológica da produção está crescendo. O que tínhamos antes era um problema de subdosagem", afirma Ivan Sampaio, gerente de informação do Sindag.

Narciso Barison Neto, presidente da Associação Brasileira de Sementes e Mudanças (Abrasem), afirma que parte do aumento no uso de agrotóxicos deve-se à chegada da ferrugem asiática da soja na década passada. "O controle da doença exigiu um maior número de aplicações. E aí é indiferente se a soja é transgênica ou não, porque ainda não temos um produto que seja imune à ferrugem", pondera.

De todo modo, os benefícios da biotecnologia em relação ao uso de agrotóxicos nas plantações ainda são marginais. De acordo com a Céleres, o plantio de sementes transgênicas poupou o uso de 4,9 mil toneladas de defensivos na safra 2010/11 - menos de 1,5% do volume total pulverizado. Desde a temporada 1996/97, quando os primeiros transgênicos chegaram ao Brasil, a economia acumulada não passou de 14,5 mil toneladas.

A Céleres projeta, porém, que os ganhos serão mais expressivos na próxima década, com a consolidação da tecnologia e a chegada de novas variedades no país, como a soja resistente a insetos. Ao fim da safra 2020/21, o Brasil terá deixado de consumir pouco mais de 146 mil toneladas de defensivos, estima.

Milho e algodão, que respondem por aproximadamente 22% dos defensivos vendidos no país, são as culturas mais beneficiadas pela adoção da biotecnologia. Segundo a Céleres, na safra 2010/11, lavouras de milho transgênico do Paraná, resistentes a insetos e tolerantes a herbicidas, demandaram 24,7% menos defensivos na safra de verão do que um plantio convencional (4,5 quilos ante 6,2 quilos por hectare). Em Mato Grosso, em plantios transgênicos de algodão (também resistentes a insetos e tolerantes a herbicidas), a economia foi de 2,8% (13,6 quilos ante 14 quilos por hectare), em média.

Contudo, as lavouras transgênicas de soja - cultura que demanda, sozinha, 48% de todos os agrotóxicos vendidos no país - são mais intensivas no uso de defensivos do que as que não adotam a tecnologia. No Paraná, por exemplo, as lavouras com a tecnologia Roundup Ready (RR), da Monsanto, consumiram, em média, 3,6 quilos de agroquímicos por hectare, alta de 16,2% em relação aos 3,1 quilos consumidos em lavouras convencionais. A vantagem para o produtor está no manejo: nas lavouras RR, eles substituem vários herbicidas por um único produto, o glifosato, em dosagem maior.

Outros fatores colaboram para anular os potenciais efeitos positivos da biotecnologia sobre o uso de agrotóxicos, como o aumento da resistência de ervas daninhas ao glifosato e o surgimento de pragas secundárias (*ver matéria abaixo*). "As doenças fúngicas nunca foram uma preocupação grande nas lavouras de milho porque o foco sempre foi o controle da lagarta. Como esse problema foi resolvido com os transgênicos, agora os produtores terão se preocupar com elas. Logo, é provável que tenhamos um aumento nas vendas de fungicidas para milho nos próximos anos", projeta Galvão.

Espanhola Agritecno desembarca no Brasil. Carine Ferreira – Valor Econômico. 31/07/2012

A Agritecno, empresa espanhola que atua no segmento de aminoácidos e micronutrientes para o setor agrícola, desembarcou no Brasil por meio de uma joint venture com a Aspebio Brasil Comércio e Importação de Agroquímicos. A nova companhia aportou no país com perspectivas positivas de crescimento na comercialização de fertilizantes especiais que otimizam a nutrição das plantas. A meta é aumentar em dez vezes o faturamento com as vendas no Brasil em cinco anos.

A Aspebio atua como uma subsidiária da Agritecno, que está presente em cerca de 40 países e pertence ao também espanhol grupo Dadelos, fabricante e distribuidor de matérias-primas para as indústrias alimentícia e animal e de formuladores de fertilizantes. Considerada uma companhia de médio porte no segmento, a Agritecno fatura cerca de € 30 milhões por ano, de acordo com Miguelangelo Barros Basso, diretor de vendas e operacional da Aspebio/Agritecno.

Basso conta que a empresa espanhola foi criada há nove anos de olho em fertilizantes de alta concentração "complexados" com aminoácidos, que são produzidos a partir de cereais. O processo de "complexar" os produtos consiste em evitar a perda de nutrientes por parte da planta. Os dez produtos de solo e foliares comercializados no Brasil ainda são importados.

O diretor da Aspebio/Agritecno expõe que a meta é vender neste primeiro ano no Brasil cerca de R\$ 5 milhões, com volume de 200 mil litros dos produtos - 2% das exportações totais da Agritecno, de 10 milhões de litros. As operações começaram oficialmente em dezembro de 2011, embora o processo de registro de produtos tenha começado há três anos. O plano é crescer 900% daqui a cinco anos e atingir R\$ 50 milhões em vendas no país.

Basso acredita que a demanda por estes produtos tende a aumentar, já que, na sua avaliação, somente com o uso de fertilizantes especiais e com manejo especializado de pragas e doenças é possível ter grandes saltos na produtividade agrícola. A estratégia também permite o cultivo de duas a três safras de ciclo curto por ano.

O mercado de fertilizantes especiais e outros produtos de nutrição cresceu a uma taxa de 10% nos últimos dez anos no Brasil, segundo Gilberto Pozzan, diretor de fertilizantes foliares da Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisol). A associação deve fazer um levantamento mais preciso sobre o mercado, que chegou a ser estimado em aproximadamente R\$ 2 bilhões ao ano somente o segmento de micronutrientes.

Pozzan explica que, além dos micronutrientes, os extratos vegetais e os aminoácidos contribuem para uma melhor defesa vegetal e para o equilíbrio da nutrição da planta, como vitaminas. Ele lembra que o segmento tem atraído investimentos de fundos e empresas de defensivos.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Lauro Mattei,
Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal,
Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Karina Kato,
Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa